



# PUC

**DEPARTAMENTO DE DIREITO**

**O desaparecimento forçado na jurisprudência da  
Corte Interamericana de Direitos Humanos:  
reflexões sobre o descumprimento pelo Estado  
brasileiro da sentença do caso Araguaia**

**por**

**LETICIA NOVAES BARBOSA DA FONSECA**

**ORIENTADORA: Andrea Bandeira de Mello Schettini**

**2021.2**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

**O desaparecimento forçado na  
jurisprudência da Corte  
Interamericana de Direitos Humanos:  
reflexões sobre o descumprimento  
pelo Estado brasileiro da sentença do  
caso Araguaia**

**por**

**LETICIA NOVAES BARBOSA DA FONSECA**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Direito da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de  
Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do  
Título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Andrea Bandeira de Mello  
Schettini

**2021.2**

*Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo.*

Ulysses Guimarães

## Agradecimentos

Muitas pessoas foram necessárias para que eu pudesse concluir este trabalho. Portanto, não poderia deixar de agradecer a todas.

Primeiro, agradeço à minha família: meu pai, Paulo (*in memoriam*), minha mãe, Denise, e meu irmão, João. Obrigada por todo o incentivo e apoio, não apenas durante a minha graduação, mas antes, por todo esforço em me transmitir conhecimento das formas mais variadas. Certamente foram elementos que construíram minha bagagem, e tiveram importância inestimável neste trabalho. Agradeço também aos meus avós e tios, que, cada um a sua maneira, contribuíram na realização desta monografia.

Além disso, não poderia deixar de agradecer a todos os professores que tive que me instigaram a saber mais e que auxiliaram na construção da minha perspectiva crítica de mundo. Olhando para trás, vejo como o tema desta monografia esteve sempre presente na minha vida acadêmica, e foi apenas graças a estes professores que, paulatinamente, refleti sobre temas que não havia pensado antes. Em especial, agradeço à minha orientadora, Andrea Schettini, por todo auxílio e atenção durante este processo.

Por fim, agradeço aos meus amigos, tanto aos que já se tornaram uma extensão da minha família: Giulia Câmara, Francisco Teicher, Lucas Menezes, Luis Tan, Maria Laura Teatini e Sofia Scheufler; quanto às amizades que fiz na PUC-Rio, com quem compartilhei meus últimos 4 anos de algumas angústias, muitas alegrias e histórias: Lia Gidron, Luiza Dargains e Roberta Calcia. A todos, meu mais sincero muito obrigada pelas trocas e apoio. Sem vocês a trajetória teria sido muito mais árdua.

## **Resumo**

Monografia apresentada ao Departamento de Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito. Neste texto, se analisa o desaparecimento forçado sob a ótica da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a partir do caso brasileiro, Gomes Lund vs. Brasil. Em relação ao caso, será apresentado o panorama jurisprudencial da Corte sobre o tema, apontando-se os principais parâmetros estabelecidos, o histórico da Guerrilha do Araguaia e os argumentos das partes frente à Corte Interamericana de Direitos Humanos e os projetos de lei que visam a tipificação dos desaparecimentos forçados no Código Penal Pátrio.

**Palavras-Chave:** Direitos humanos; Direito penal; Corte Interamericana de Direitos Humanos; Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Ditadura militar; Estado de exceção; Desaparecimento forçado.

## Sumário

<i>Introdução</i> .....	8
<i>1) O desaparecimento forçado na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos</i> .....	10
1.1) A importância da Corte IDH no delineamento do delito de desaparecimento forçado.....	10
1.2) A definição de desaparecimento forçado estabelecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em sua jurisprudência.....	13
1.3) Os parâmetros jurídicos estabelecidos pelas sentenças da Corte IDH..	16
<i>2) O caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil julgado pela Corte IDH</i> .....	26
2.1) Os fatos do caso .....	26
2.2) Dos principais argumentos utilizados pelas partes .....	31
2.2.1) Argumentos processuais .....	31
2.2.2) Argumentos de mérito .....	35
2.3) As reparações estabelecidas pela Corte IDH .....	40
2.4) Algumas reflexões sobre a decisão da Corte IDH .....	44
<i>3) O (des)cumprimento pelo Estado brasileiro da obrigação de tipificar o delito de desaparecimento forçado</i> .....	47
3.1) A importância da sentença da Corte IDH para o direito interno, mais especificamente da determinação de tipificação do desaparecimento forçado .....	47
3.2) Os projetos de lei que buscam a tipificação do desaparecimento forçado e suas problemáticas.....	52

<i>Conclusão</i> .....	60
<i>Bibliografia</i> .....	62

## Introdução

O presente trabalho busca analisar os contornos do conceito de desaparecimento forçado e sua tipificação no Brasil, levando em consideração as sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, mais especificamente no caso Gomes Lund. Sustenta-se, ao longo deste estudo, que o cumprimento da decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund ainda possui uma série de lacunas. Um dos principais pontos que ainda carecem de medidas do Estado brasileiro é precisamente a tipificação do delito de desaparecimento forçado.

Ainda sem contar com um tipo penal específico no Código Penal brasileiro, o desaparecimento forçado foi uma prática comum na ditadura brasileira (1964 a 1985), e ainda é recorrente no país. A ausência de criminalização da conduta em comento gera uma série de consequências jurídicas e práticas, que podem ser constatadas no cotidiano brasileiro, como a dificuldade de julgamento para se responsabilizar internamente os agentes da repressão do regime militar que se utilizaram destas práticas.

Para a realização desta análise, será estudada a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre desaparecimento forçado, dando enfoque especial à sentença proferida no Caso Gomes Lund, julgado por este Tribunal em 2010. Também serão abordados os projetos de lei brasileiros sobre o tema em tramitação.

Além da leitura das sentenças, este trabalho também utilizou como fonte de pesquisa o Cuadernillo de Jurisprudencia da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre desaparecimentos forçados, que compila trechos de sentenças da corte de acordo com determinados “eixos temáticos” que se repetem nas decisões do Órgão, criando um padrão jurisprudencial.

No que diz respeito às informações do Caso Gomes Lund, as mesmas foram em sua maioria retiradas da própria sentença da Corte IDH e



complementadas com informações do 14º capítulo do relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Este trabalho foi dividido em 3 capítulos. O primeiro aborda a jurisprudência da Corte IDH nos casos de desaparecimentos forçados e a importância do órgão; o segundo, os fatos do caso, assim como os argumentos empregados pelas partes; e o terceiro trata dos projetos de lei em trâmite no poder legislativo brasileiro.

# 1) O desaparecimento forçado na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

## 1.1) A importância da Corte IDH no delineamento do delito de desaparecimento forçado

Inserida no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), foi fundada no ano de 1979, em virtude da entrada em vigor da Convenção Americana sobre Direitos Humanos<sup>1</sup> no ano anterior. Junto com a Comissão Interamericana de direitos Humanos, a Corte IDH constitui um dos principais órgãos do SIDH.

Como seu próprio nome já diz, o objetivo da Corte IDH é assegurar a aplicação dos direitos humanos nos territórios sob sua jurisdição, atuando de maneira consultiva e jurisdicional, além de emitir medidas provisórias, e supervisionar seu cumprimento<sup>2</sup>. Paradoxalmente, no momento de sua criação, grande parte dos territórios latino-americanos estavam submetidos a regimes ditatoriais<sup>3</sup>, nos quais não era possível a conjugação de uma democracia com um estado democrático de direito e uma cultura de direitos humanos<sup>4</sup>. No contexto brasileiro, o país atravessava uma ditadura civil-militar<sup>5</sup> que ainda duraria mais 6 anos, motivo pelo qual o Estado só se submeteu à jurisdição da Corte em 1998.

---

<sup>1</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório Anual, 2018. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/sitios/informes/docs/POR/por\\_2017.pdf](https://www.corteidh.or.cr/sitios/informes/docs/POR/por_2017.pdf). Acesso em: 6 set. 2021.

<sup>2</sup> DULITZKY, Ariel E. Dulitzky; ORIZAGA Isabel Anayanssi Orizaga & ARENAS, Verónica Hinestroza Arenas (ed.) *¿Dónde Están? Estándares internacionales para la búsqueda de personas desaparecidas forzadamente*, Austin: International Bar Association's Human Rights Institute, 2019. Disponível em: <https://law.utexas.edu/faculty/publications/2019-dnde-estn-estndares-internacionales-para-la-bsqueda-de-personas-desaparecidas-forzadamente>

<sup>3</sup> SILVA, Douglas Tarcísio Reis da. *Desaparecimento forçado de pessoas e a jurisprudência da Corte Interamericana De Direitos Humanos*. Belém. 2015. (Dissertação Mestrado), Universidade Federal do Pará. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7548/1/Dissertacao\\_DesaparecimentoForcadoPessoas.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7548/1/Dissertacao_DesaparecimentoForcadoPessoas.pdf).

<sup>4</sup> *Idem*.

<sup>5</sup> Em verdade, intitula-se regime civil-militar, porque parte significativa dos civis, se não apoiaram a deflagração do golpe, legitimaram-no, quando de sua ocorrência, por meio de marchas políticas, da contínua omissão em relação à tortura, às execuções e aos desaparecimentos forçados; ou, simplesmente, por medo dos militares. Apud PRESOT, 2010, p. 89.

Somando um total de 21 anos de regime, a ditadura contabilizou inúmeras violações aos direitos humanos, com alguns de seus casos tendo repercussão até os dias atuais. Dentre esses casos estão os desaparecimentos forçados, que foi (e ainda é) uma prática comum não apenas no Brasil, mas na América Latina como um todo<sup>6</sup>. A Corte IDH julgou seu primeiro caso de desaparecimento forçado em 1988<sup>7</sup> – atualmente, contabiliza mais de 50 julgados<sup>8</sup> – e 7 medidas provisórias sobre o assunto<sup>9</sup>, tendo como réus diversos dos países submetidos à sua jurisdição.

Desde então, a Corte IDH vem apresentando uma série de contribuições à caracterização do instituto do desaparecimento forçado, como a classificação do delito como uma prática pluriofensiva e continuada. Este entendimento pode ser extraído de diversos julgados, como as seguintes sentenças:

A esse respeito, em sua constante jurisprudência sobre casos de desaparecimento forçado de pessoas, a Corte reiterou que se trata de um ato ilícito que gera uma violação múltipla e contínua de diversos direitos protegidos pela Convenção Americana e coloca a vítima em estado de completa indefesa, acarretando outros crimes relacionados.<sup>10</sup>

A esse respeito, este Tribunal desenvolveu em sua jurisprudência o caráter pluriofensivo do desaparecimento forçado, bem como seu caráter permanente ou contínuo, em que o desaparecimento e sua execução começam com a privação de liberdade da pessoa e a consequente falta de informação sobre o seu destino e permanece até que seja conhecido o paradeiro da pessoa desaparecida ou que os seus restos mortais sejam encontrados para que a sua identidade seja determinada com segurança. Enquanto durar o desaparecimento, os Estados têm o dever correlato de investigá-lo e, eventualmente, punir os responsáveis, de acordo com as obrigações derivadas da Convenção Americana e, em particular, da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas.<sup>11</sup>

---

<sup>6</sup> *Idem*.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup> Em pesquisa coletiva, da qual a autora desta monografia fez parte, realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos em parceria com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, foram levantadas, até outubro de 2021, 52 sentenças da Corte IDH versando sobre desaparecimento forçado de pessoas.

<sup>9</sup> *Idem*.

<sup>10</sup> Corte IDH. Caso Goiburú y otros Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Tradução livre.

<sup>11</sup> Corte IDH. Caso Comunidad Campesina de Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Tradução livre.

Apesar da Convenção Interamericana não contar com um artigo que mencione diretamente o desaparecimento forçado de pessoas<sup>12</sup>, contribuições como as supramencionadas colocaram a Corte Interamericana de Direitos Humanos na posição de entidade precursora na consolidação do entendimento da gravidade do desaparecimento forçado<sup>13</sup>, prolatando sentenças que consolidaram excepcional linha de entendimento jurisprudencial em nível regional e internacional<sup>14</sup>. Além das contribuições jurisprudenciais, a Organização dos Estados Americanos (OEA) – sistema no qual está inserida a Corte IDH – adotou, em 1994, a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. Seu principal objetivo é justamente contribuir na prevenção, punição e eliminação do desaparecimento forçado de

---

<sup>12</sup> A jurisprudência da Corte entende que o conceito de desaparecimento forçado a ser empregado é o que consta nos artigos II e III da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, quais são: “Para os efeitos desta Convenção, entende-se por desaparecimento forçado a privação de liberdade de uma pessoa ou mais pessoas, seja de que forma for, praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes” e “Os Estados Partes comprometem-se a adotar, de acordo com seus procedimentos constitucionais, as medidas legislativas que forem necessárias para tipificar como delito o desaparecimento forçado de pessoas e a impor-lhe a pena apropriada que leve em conta sua extrema gravidade. Esse delito será considerado continuado ou permanente, enquanto não se estabelecer o destino ou paradeiro da vítima. Os Estados Partes poderão estabelecer circunstâncias atenuantes para aqueles que tiverem participado de atos que constituam desaparecimento forçado, quando contribuam para o aparecimento com vida da vítima ou forneçam informações que permitam esclarecer o desaparecimento forçado de uma pessoa”. Entendimento conforme: Corte IDH. Caso Radilla Pacheco Vs. México. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2009. Serie C No. 2091; Corte IDH. Caso Gudiel Álvarez y otros (“Diario Militar”) Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 20 de noviembre de 2012. Serie C No. 253.

<sup>13</sup> “No direito internacional, a jurisprudência desta Corte tem sido um precursor para a consolidação de uma perspectiva abrangente da gravidade e do caráter continuado ou permanente e autônomo da figura do desaparecimento forçado de pessoas”. Corte IDH. Caso Radilla Pacheco Vs. México. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2009. Serie C No. 209. Tradução livre.

<sup>14</sup> DULITZKY, Ariel E. Dulitzky; ORIZAGA, Isabel Anayanssi & ARENAS, Verónica Hinestroza Arenas (ed.) *Op. cit.*

pessoas<sup>15</sup>. Nota-se, que esta convenção deverá se submeter, entre outros, ao regulamento da Corte IDH<sup>16</sup>.

Logo, por se tratar de um delito que conta com prevalência nos territórios sob sua jurisdição, é inegável a importância da Corte Interamericana de Direitos Humanos no julgamento dos delitos de desaparecimento forçado. Por ter figurado, e continuar figurando, como órgão julgador de diversos casos desta natureza, a Corte estabeleceu robusta jurisprudência acerca do tema, garantindo justiça a uma série de vítimas de desaparecimento forçado.

## **1.2) A definição de desaparecimento forçado estabelecida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em sua jurisprudência**

Uma vez estabelecida a estreita relação entre a Corte IDH, e o delito de desaparecimento forçado, faz-se necessário entender, de maneira mais aprofundada, como a Corte define o desaparecimento forçado de pessoas, sob uma perspectiva tanto positiva, quanto jurisprudencial.

No que diz respeito às suas sentenças, a Corte vem, reiteradamente, fixando uma série de atributos comuns entre os casos de desaparecimentos forçados. Exigem-se também a presença de determinados elementos que vem sendo considerados fundamentais na configuração específica do delito, garantindo que o caso apresentado não se trata de crime diverso.

A Corte entende serem elementos constitutivos do desaparecimento forçado de pessoas a privação de liberdade, intervenção direta de agentes estatais, ou a conivência deste mesmo estado, e a negativa em reconhecer a detenção, assim como em revelar o paradeiro da pessoa desaparecida<sup>17</sup>. Ressalta-

---

<sup>15</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm). Acesso em: 4 set. 2021.

<sup>16</sup> *Idem*.

<sup>17</sup> Corte IDH. Caso Radilla Pacheco Vs. México. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2009.

se que compartilham de entendimento similar uma série de Cortes Constitucionais dos Estados Americanos, assim como o Sistema Europeu de Direitos Humanos<sup>18</sup>.

Ainda sobre o entendimento jurisprudencial da Corte IDH, o desaparecimento forçado de pessoas não constitui apenas uma violação de direitos humanos, mas sim

uma violação múltipla e contínua de vários direitos protegidos pela Convenção Americana e coloca a vítima em um estado de total indefesa, levando a outros crimes relacionados<sup>19</sup>.

Dentre os direitos violados estão: o direito à liberdade pessoal<sup>20</sup>, direito à integridade pessoal<sup>21</sup>, direito à vida<sup>22</sup> e o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica<sup>23</sup>.

Em 1998, a Corte passa a entender o desaparecimento forçado como um crime de caráter permanente<sup>24</sup>, ou seja, que se prolonga no tempo até que tenha sido determinado o destino ou paradeiro das vítimas. Esta mudança

---

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> Corte IDH. Caso Goiburú y otros Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Tradução livre.

<sup>20</sup> “Em razão do desaparecimento, Manfredo Velásquez foi vítima de uma detenção arbitrária, que o privou de sua liberdade física sem fundamento nas causas judiciais e sem ser apresentado a um juiz ou tribunal competente que soubesse de sua detenção. Tudo isso viola diretamente o direito à liberdade pessoal reconhecido no artigo 7 da Convenção.”. Corte IDH. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo. Sentencia de 29 de julio de 1988. Tradução livre.

<sup>21</sup> “No presente caso, ficou demonstrado que o direito à integridade pessoal dos 19 comerciantes foi violado, uma vez que é razoável inferir que o tratamento que as supostas vítimas receberam nas horas anteriores ao seu falecimento foi extremamente agressivo, especialmente se for tomada considerando que os ‘paramilitares’ consideravam que os mercadores colaboravam com os grupos guerrilheiros.”. Corte IDH. Caso de los 19 Comerciantes Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de julio de 2004. Tradução livre.

<sup>22</sup> “Este Tribunal indicou em decisões anteriores que o desaparecimento de pessoas viola vários direitos consagrados na Convenção, inclusive o da vida, quando, como neste caso, transcorreu um período de vários anos sem que se saiba o paradeiro da vítima.”. Corte IDH. Caso Castillo Páez Vs. Perú. Fondo. Sentencia de 3 de noviembre de 1997. Tradução livre.

<sup>23</sup> “Em consideração ao exposto, o Tribunal considera que nos casos de desaparecimento forçado de pessoas, a vítima fica em uma situação de indeterminação jurídica que impossibilita, impede ou anula a possibilidade de a pessoa ser titular ou exercer efetivamente seus direitos. Em geral, em uma das formas mais graves de descumprimento das obrigações do Estado de respeitar e garantir os direitos humanos. Isso se traduziu em uma violação do direito ao reconhecimento da personalidade jurídica do senhor Anzualdo Castro.”. Corte IDH. Caso Anzualdo Castro Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2009. Tradução livre.

<sup>24</sup> Corte IDH. Caso Blake Vs. Guatemala. Fondo. Sentencia de 24 de enero de 1998.

jurisprudencial aumenta o número de processos passíveis de admissão perante a Corte IDH por permitir a análise de casos que estariam fora de sua competência *ratione temporis*<sup>25</sup>.

A jurisprudência da Corte também deixa clara a diferença entre os institutos da execução extrajudicial e do desaparecimento forçado de pessoas. No segundo caso, o Estado nega estar com a vítima sob seu controle ou se recusa a fornecer qualquer informação acerca do desaparecido. A razão desta postura é o desejo de gerar incerteza aos familiares não apenas sobre o paradeiro da vítima, mas também sobre suas condições de saúde, assim como se está viva, ou morta. O objetivo final é intimidar todos ao redor do desaparecido<sup>26</sup>.

Acerca do entendimento positivado sobre o desaparecimento forçado de pessoas, há que se remeter à Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. Conforme dito anteriormente, esta convenção vigora no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), órgão no qual também está inserida a Corte IDH.

A Convenção Interamericana Sobre o Desaparecimento Forçado foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 1994 e criada em razão da crescente preocupação de seus Estados-Membros com a subsistência da prática nos territórios. Ademais, estes atos configuram uma afronta direta aos princípios da Carta da OEA, e constituem “grave ofensa de natureza odiosa à dignidade intrínseca da pessoa humana”<sup>27</sup>. Essa Convenção também foi a primeira a positivar o delito de desaparecimento forçado.

---

<sup>25</sup> BUSCH TAVARES, Amarilis. O desaparecimento forçado como uma prática desenvolvida pelos governos ditatoriais na América Latina: Uma abordagem crítica sobre o papel do sistema interamericano de direitos humanos. *Revista anistia política e justiça de transição*. Nº 4, 2010, pp. 290-316. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30004.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>26</sup> Corte IDH. Caso Munárriz Escobar y otros Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 20 de agosto de 2018. Serie C No. 355.

<sup>27</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm). Acesso em: 4 set. 2021.

A Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) deixou uma lacuna neste sentido, possibilitando que a problemática dos desaparecimentos forçados fosse apenas inferida a partir de violações aos artigos 5, 6 e 7 da CADH.<sup>28</sup>

O segundo artigo da Convenção, define desaparecimento forçado como:

a privação da liberdade de uma ou mais pessoas, por qualquer forma, cometida por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com a autorização, com o apoio ou com a anuência do Estado, seguida da falta de informação ou da negativa de se reconhecer dita privação da liberdade ou de se informar o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes.<sup>29</sup>

Neste ponto, faz-se adendo ressaltando que a definição positivada por esta Convenção também é amplamente empregada pela Corte IDH<sup>30</sup>.

Portanto, fica evidente que tanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos, quanto o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, e a própria OEA, abarcam amplamente a questão dos desaparecimentos forçados, especialmente sua definição, garantindo não apenas segurança jurídica para os casos que venham a ser julgados pela Corte, mas exemplos a serem adotados tanto no âmbito interno de cada país sob sua jurisdição, quanto em âmbito internacional por tribunais de direitos humanos ao redor do globo<sup>31</sup>.

### **1.3) Os parâmetros jurídicos estabelecidos pelas sentenças da Corte IDH**

Assim como qualquer sentença proferida pela Corte IDH, as decisões relativas ao desaparecimento forçado de pessoas estabelecem uma série de obrigações a serem cumpridas pelos Estados. Neste ponto é importante destacar que as sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos possuem caráter vinculante frente ao Estado brasileiro, uma vez que o país

---

<sup>28</sup> BUSCH TAVARES, Amarilis. *Op. cit.*

<sup>29</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Op. cit.*

<sup>30</sup> Corte IDH. Caso Radilla Pacheco Vs. México. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2009.; Corte IDH. Caso Gudiel Álvarez y otros (“Diario Militar”) Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 20 de noviembre de 2012.

<sup>31</sup> Corte IDH. Caso Radilla Pacheco Vs. México. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2009.



ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos e, conseqüentemente, a competência da Corte.

Positiva o artigo 62 da Convenção Americana de Direitos humanos:

Toda Estado-Parte, pode, no momento do depósito do seu instrumento de ratificação desta Convenção ou de adesão a ela, ou em qualquer momento posterior, declarar que reconhece como obrigatória, de pleno direito e sem convenção especial, a competência da Corte em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação desta Convenção.<sup>32</sup>

Dentre essas obrigações estão um rol de deveres do Estado, além de reparações a serem cumpridas perante aqueles que foram vitimados pela prática.

Nesse aspecto, destaca-se que a jurisprudência da Corte entende por vítimas não apenas os desaparecidos. São também vítimas seus familiares e pessoas próximas, que são submetidas a graves violações especialmente na esfera psicológica:

O Tribunal considerou em numerosos casos que os familiares das vítimas de violações dos direitos humanos podem, por sua vez, ser vítimas. Em particular, nos casos de desaparecimento forçado de pessoas, é possível compreender que a violação do direito à integridade mental e moral dos familiares da vítima é consequência direta, precisamente, deste fenômeno, que lhes causa severo sofrimento.<sup>33</sup>

Assim, as medidas reparatorias não dizem respeito apenas aos desaparecidos, mas também aos seus familiares.

As obrigações assumidas pelo Estado no âmbito do dever de devida diligência são: (i) garantir os direitos estabelecidos na Convenção Americana de Direitos Humanos; (ii) prevenir a ocorrência de desaparecimentos forçados; (iii) investigar – de maneira diligente – os desaparecimentos; (iv) sancionar os perpetradores do crime; (v) adequar a legislação interna.

(...) daí a importância que o Estado adote todas as medidas necessárias para evitar tal prática, investigue e puna os responsáveis e também informe os familiares sobre o paradeiro do desaparecido, e os indenize quando seja o caso.<sup>34</sup>

No caso de desaparecimento forçado de pessoas, o dever de adaptar o direito interno às disposições da Convenção Americana, de acordo com o referido artigo 2, é essencial

---

<sup>32</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Op. cit.*

<sup>33</sup> Corte IDH. Caso Anzualdo Castro Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2009. Tradução livre.

<sup>34</sup> Corte IDH. Caso La Cantuta Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 29 de noviembre de 2006. Tradução livre.

para a erradicação efetiva desta prática. Tendo em vista a natureza particularmente grave do desaparecimento forçado de pessoas, não basta a proteção que as normas penais existentes sobre seqüestro ou seqüestro, tortura, homicídio, entre outros, podem oferecer. O desaparecimento forçado de pessoas é um fenômeno diferenciado caracterizado pela violação múltipla e contínua de vários direitos consagrados na Convenção, pois não só produz uma privação arbitrária de liberdade, mas também viola a integridade e a segurança pessoal e põe em perigo a vida do detido, colocando-o em um estado de total indefeso e cometendo outros crimes relacionados.<sup>35</sup>

Todos esses deveres foram instituídos como forma de mitigar o sofrimento causado, assim como evitar a repetição do quadro. Não constituem determinações pontuais da Corte para casos específico, mas sim entendimento reiterado do órgão sobre o assunto.

São ainda objeto de decisões da Corte IDH a forma de execução de alguns dos deveres estabelecidos. Por exemplo, o dever de investigar tanto o paradeiro do desaparecido, quanto a identidade dos perpetradores do crime deve ser cumprido de maneira diligente, que não cessa até que o ocorrido seja elucidado pelas autoridades. Além disso, as investigações devem ser iniciadas de ofício (isto é: sem um impulso externo à autoridade responsável), e não podem recair sobre os familiares dos desaparecidos, evitando-se que sejam onerados de maneira desproporcional.<sup>36</sup>

O dever de investigar é de suma importância para a Corte IDH<sup>37</sup>. Não apenas a Corte, mas todo o direito internacional vem entendendo que esta

---

<sup>35</sup> Corte IDH. Caso Gómez Palomino Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de noviembre de 2005. Tradução livre.

<sup>36</sup> “Nos casos de desaparecimento forçado de pessoas, a Corte considerou que a devida diligência na investigação implica que ela seja realizada *ex officio*, sem demora e de maneira séria, imparcial e eficaz. Com base no exposto, o Estado deve assegurar, como forma de garantir que a investigação iniciada perante os tribunais ordinários (par. 20 supra) seja conduzida com a devida diligência (par. 69 supra), que as autoridades encarregadas da investigação tenham estejam ao seu alcance e utilizem todos os meios necessários para realizar prontamente as ações e investigações indispensáveis para esclarecer o destino das vítimas e identificar os responsáveis por seu desaparecimento forçado.”. Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 26 de noviembre de 2008. Tradução livre.

<sup>37</sup> “Em última instância, a Corte considera que, como se depreende do preâmbulo da citada Convenção Interamericana, dada a particular gravidade desses crimes e a natureza dos direitos lesados, a proibição do desaparecimento forçado de pessoas e o correlativo dever de investigá-los e punir os responsáveis atingiram o caráter de *jus cogens*”. Corte IDH. Caso Goiburú y otros Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Tradução livre.

obrigação possui natureza de *jus cogens*<sup>38</sup>, norma que possui caráter imperativo no direito internacional público.

Também é estabelecido pela Corte o significado do dever de prevenir, ou seja, tudo que é abarcado por este conceito. Tratam-se de medidas de caráter político, jurídico, administrativo e cultural que promovam a garantia de direitos humanos e que dispensem o tratamento adequado aos casos de desaparecimento forçado de pessoas.<sup>39</sup>

O dever de sancionar estabelecido pela Corte trata do emprego das medidas penais cabíveis na legislação interna de cada Estado-parte, aplicando aos perpetradores as sanções previstas em lei. Este dever, inclusive, tem de ser cumprido mesmo que o culpado seja um agente estatal. Alcançam-se, portanto, todos os indivíduos que tiveram parte no desaparecimento.<sup>40</sup>

Por fim, mas não menos importante, está o dever de adequar a legislação penal de todos os países submetidos à competência da Corte IDH. Diretamente relacionado ao dever de sancionar, o dever de tipificar a conduta de desaparecimento forçado, não apenas cumpre um papel simbólico, mas também possibilita que os perpetradores do delito sejam julgados de maneira adequada, com base em norma que descreva as especificidades dos atos praticados.

---

<sup>38</sup> Caso Chitay Nech y otros Vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 25 de mayo de 2010

<sup>39</sup> “O dever de prevenção abrange todas as medidas legais, políticas, administrativas e culturais que promovam a salvaguarda dos direitos humanos e que garantam que eventuais violações dos mesmos sejam efetivamente consideradas e tratadas como ato ilícito e, como tal, passível de penalidades para aqueles que os cometem, bem como a obrigação de indenizar as vítimas por suas consequências nefastas.”. Corte IDH. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo. Sentencia de 29 de julio de 1988. Tradução livre.

<sup>40</sup> “Em conformidade com o dever geral de garantia, os Estados têm a obrigação de investigar, exercer a ação penal correspondente, julgar e punir os responsáveis por determinados atos que violam os direitos humanos. Esta obrigação é mantida em face de um ato ilícito que viola os direitos humanos, não cometido diretamente por um agente do Estado, mas por exemplo, por ser trabalho de um indivíduo que agiu com o apoio ou aquiescência do Estado. Assim, a sanção penal deve chegar a todas as pessoas que praticarem atos que configurem desaparecimento forçado.”. Corte IDH. Caso Gómez Palomino Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de noviembre de 2005. Tradução livre.

Conforme a sentença do caso *Gómez Palomino Vs. Peru* (ver nota de rodapé 39) explicita, o desaparecimento forçado não pode ser entendido como um mero sequestro. É uma prática que envolve uma série de peculiaridades, como a participação, direta ou indireta, do Estado. Há, portanto, um fator que torna a conduta muito mais grave, não configurando enquadramento legal preciso o entendimento de que se trata de mero sequestro seguido de assassinato.

A importância da tipificação deste tipo de delito e o dever estabelecido pela Corte serão abordados de maneira aprofundada mais à frente. Neste meio tempo, é fundamental que não se perca de vista a importância da criminalização desta prática como medida necessária à diminuição da incidência de desaparecimentos forçados.

Além do rol de obrigações às quais os Estados devem passar a adimplir, a Corte ainda determina uma série de reparações que devem ser providas às vítimas (compreendidas pelos desaparecidos e seus parentes).

Esse segundo grupo de imposições diz respeito a medidas direcionadas especificamente àqueles que sofreram com o desaparecimento forçado de pessoas. Além de reparações pecuniárias e oferecimento de tratamento psicológico, deve ser garantido o direito à verdade e à memória.

As reparações pecuniárias são divididas em danos materiais e danos imateriais. Por danos materiais considera-se, por exemplo, a figura do dano emergente, que se refere aos gastos realizados pelos familiares dos desaparecidos em operações de busca<sup>41</sup>, ou a da “perda de ingressos”: o que determinada pessoa deixou de ganhar em virtude do seu desaparecimento<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> “A Corte reconhece que as ações e diligências empreendidas pelos familiares do senhor Radilla Pacheco para localizá-lo geraram gastos que devem ser considerados danos emergentes, especialmente no que se refere às ações de busca de seu paradeiro perante diferentes autoridades. Isso será incluído ao definir a compensação correspondente nesta seção.”. Corte IDH. Caso *Radilla Pacheco Vs. México*. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de Noviembre de 2009. Tradução livre.

<sup>42</sup> “A Corte considera, como já fez em outros casos de desaparecimentos forçados, que neste caso em que não se conhece o paradeiro da vítima, é possível aplicar os critérios de indenização pela perda de renda da vítima, que inclui a renda que teria percebido durante sua vida provável”. Corte IDH. Caso

Já no campo dos danos imateriais são compreendidas as indenizações atribuídas em razão do sentimento de angústia, impotência e sofrimento infligidos nas vítimas. A Corte IDH considera, inclusive, se tratar de um dano que nem ao menos requer provas.<sup>43</sup>

No que diz respeito às reparações não-pecuniárias, a Corte vem, reiteradamente, decidindo que devem ser cumpridas: (i) busca, identificação e sepultura dos restos mortais das pessoas desaparecidas (casos 19 Comerciantes Vs. Colômbia e La Cantuta Vs. Peru); (ii) criação de um sistema de informação genética (caso das Irmãs Serrano Cruz Vs. El Salvador); (iii) construção de monumentos com objetivo de preservar a memória (casos Radilla Pacheco Vs. México e Contreras Vs. El Salvador); (iv) tratamento físico e psicológico aos familiares (casos Goiburú e outros Vs. Paraguai e Rochac Hernández Vs. El Salvador); (v) educação em direitos humanos direcionada a funcionários públicos (casos Anzualdo Castro Vs. Peru e Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña Vs. Bolívia) ; (vi) acesso público aos arquivos do Estado (casos Gelman Vs. Uruguai e Rochac Hernández e outros Vs. El Salvador).

Conforme dito anteriormente, a obrigação de buscar os desaparecidos, ou seus restos mortais, possui caráter vinculante, advinda do seu *status* de *jus cogens*. Portanto, é uma das principais determinações impostas aos Estados-parte. Também é de igual importância que haja correta identificação dos restos mortais dos desaparecidos, assim como o sepultamento de cada um.<sup>44</sup>

---

Anzualdo Castro Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2009. Tradução livre.

<sup>43</sup> “Como o Tribunal indicou em outros casos, é evidente o dano imaterial infligido aos Srs. Agustín Goiburú Giménez, Carlos José Mancuello Bareiro e Rodolfo e Benjamín Ramírez Villalba, já que é inerente à natureza humana que qualquer pessoa submetida à prisão arbitrária, incomunicáveis, tortura e desaparecimento forçado experimentam profundo sofrimento, angústia, terror, impotência e insegurança, portanto, este dano não requer prova.”. Corte IDH. Caso Goiburú y otros Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Tradução livre.

<sup>44</sup> “Consequentemente, o Estado deve, como medida de reparação do direito das vítimas à verdade, continuar com a busca efetiva e localização imediata, ou de seus restos mortais, seja por meio da investigação criminal ou por meio de outro procedimento apropriado e em dinheiro. Os procedimentos realizados pelo Estado para determinar o paradeiro do senhor Radilla Pacheco ou, se for o caso, as exumações para localizar seus restos mortais, deverão ser realizados de comum acordo e na presença dos familiares do senhor Rosendo Radilla, peritos e representantes legais. Além disso, caso sejam

Diretamente relacionada à obrigação de identificar os restos mortais das vítimas está a determinação de que se crie um sistema de informação genética, de forma que seja possível realizar esta identificação de forma mais rápida e precisa. Com a possibilidade de obtenção e conservação de informação genética, torna-se mais fácil determinar a filiação e/ou grau de parentesco da pessoa desaparecida com determinado indivíduo.<sup>45</sup>

Considerando que a Corte IDH entende que o *status* de vítima nos casos de desaparecimento forçado de pessoas se estende também aos familiares dos desaparecidos, dada a extensão do sofrimento passado e as violações de direitos humanos às quais foram submetidos, fica estabelecido que é de fundamental importância prover aos familiares o tratamento físico e psicológico para que possam lidar com o ocorrido.<sup>46</sup>

Ademais, ficam os Estados réus incumbidos de realizar atos e criar monumentos de memória às vítimas. A ideia é que se desperte a consciência coletiva sobre o passado, reivindicando-o historicamente, e mantendo viva a memória de todas as vítimas. Entende-se que seria mais uma garantia de não-repetição.<sup>47</sup>

---

encontrados os restos mortais do Sr. Radilla Pacheco, estes devem ser entregues a seus familiares após verificação genética de parentesco, o quanto antes e sem nenhum custo. O Estado deve custear as despesas do funeral, de acordo com a opinião da família Radilla Martínez e de comum acordo com esta.”. Corte IDH. Caso Radilla Pacheco Vs. México. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de Noviembre de 2009. Tradução livre.

<sup>45</sup> “A esse respeito, a Corte considera que o Estado deve adotar todas as medidas necessárias para criar um sistema de informação genética que permita obter e conservar dados genéticos que contribuam para a determinação e esclarecimento da filiação das crianças desaparecidas e de suas famílias e sua identificação. O Estado deve cumprir esta reparação dentro de um prazo razoável.”. Corte IDH. Caso de las Hermanas Serrano Cruz Vs. El Salvador. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de marzo de 2005. Tradução livre.

<sup>46</sup> “A Corte considera, como o fez em outros casos, que é necessária uma medida de reparação que preste atenção adequada ao sofrimento físico e psíquico sofrido pelas vítimas. Portanto, o Tribunal considera conveniente ordenar ao Estado que preste atenção médica e psicológica ou psiquiátrica gratuita, de maneira imediata, adequada e eficaz, por meio de suas instituições públicas especializadas de saúde, às vítimas que o solicitem.”. Corte IDH. Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010. Tradução livre.

<sup>47</sup> “A Corte considera que o Estado deve erguer um monumento em memória das vítimas. Este Tribunal considera necessário que a escolha do lugar onde será erguido o monumento seja acordada entre o Estado e os familiares das vítimas. Nesse local, por meio de cerimônia pública e na presença dos familiares das vítimas, a Colômbia deve colocar uma placa com os nomes dos 19 comerciantes e a menção expressa de

Outro ponto abordado por sentenças da Corte é a educação em direitos humanos direcionada a funcionários públicos. Levando em consideração que um dos principais fatores de caracterização do desaparecimento forçado de pessoas é a participação (mesmo que indireta) do Estado, há de se constatar a relevância da conscientização de funcionários públicos acerca da importância dos direitos humanos, assim como de seu cumprimento. Portanto, de forma a evitar a convivência do Estado com tais práticas, assim como capacitar os agentes estatais

a lidarem com situações desta natureza, é de suma importância que haja consciência sobre a relevância da aplicação dos preceitos de direitos humanos.<sup>48</sup>

Por último está a determinação de tornar público o acesso aos arquivos estatais. Trata-se não apenas de uma política de memória, mas também de verdade, uma questão de transparência estatal não só para que sejam compreendidos os erros do passado, mas também para o auxílio de investigações atuais. A Corte vem constatando – reiteradamente – que a falta de acesso a informações mantidas sob sigilo é uma das maiores limitações ao avanço de investigações de casos de desaparecimento forçado de pessoas.<sup>49</sup>

---

que sua existência se deve ao cumprimento da reparação ordenada pelo Corte Interamericana. Esta medida contribuirá também para a sensibilização para evitar a repetição de acontecimentos nocivos como os ocorridos no presente caso e para manter viva a memória das vítimas.”. Corte IDH. Caso 19 Comerciantes Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de julio de 2004. Tradução livre.

<sup>48</sup> “As violações imputáveis ao Estado neste caso foram cometidas por funcionários do Estado. Adicionalmente, as violações foram agravadas pela existência, à época dos fatos, de um contexto generalizado de impunidade no que diz respeito às graves violações de direitos humanos causadas pelos operadores judiciais. Conseqüentemente, sem prejuízo da existência de programas no Peru de capacitação de seus funcionários judiciais por meio da Academia da Magistratura, a Corte considera necessário que o Estado implemente, em um prazo razoável, programas de educação permanente em direitos humanos dirigidos aos membros dos serviços de inteligência, às Forças Armadas, bem como juízes e promotores.”. Corte IDH. Caso Anzualdo Castro Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2009. Tradução livre.

<sup>49</sup> “No presente caso, como nos anteriores, o Tribunal constatou que uma das limitações para o avanço das investigações é a falta de acesso às informações contidas nos arquivos sobre as operações de contra-insurgência, bem como das pessoas, unidades militares e patrimônios que participaram das operações em que desapareceram as vítimas do presente caso, incluindo suas hierarquias, funções e responsabilidades. Dado que tais informações são de vital importância para o avanço das investigações judiciais e do Ministério Público e para permitir a identificação e individualização dos responsáveis, a Corte considera pertinente reiterar ao Estado que deve adotar, o mais breve possível, as medidas pertinentes e adequadas para garantir aos operadores de justiça, assim como à sociedade salvadorenha, acesso público, técnico e sistematizado a arquivos contendo informações úteis e relevantes para a investigação de casos de violações de direitos humanos durante o conflito armado, medidas que devem

Para que se configure um cenário de desaparecimento, a Corte IDH também emprega uma série de parâmetros em seus julgamentos. Cumpre destacar que a Corte entende que a prática de desaparecimento forçado se trata de um delito de lesa-humanidade, também conhecido como crime contra a humanidade:

A responsabilidade internacional do Estado é agravada quando o desaparecimento faz parte de um padrão ou prática sistemática aplicada ou tolerada pelo Estado. Em suma, é um crime contra a humanidade que implica um abandono grosseiro dos princípios essenciais em que se baseia o Sistema Interamericano.<sup>50</sup>

Neste mesmo sentido determina o preâmbulo da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas: “Reafirmando que a prática sistemática do desaparecimento forçado de pessoas constitui um crime de lesa-humanidade”.<sup>51</sup>

No que diz respeito à definição específica de crime contra a humanidade, o Estatuto de Roma<sup>52</sup> estabelece um rol (não taxativo) de crimes que, quando praticados no contexto de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, configuram delitos desta natureza. São eles:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência forçada de uma população;
- e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional;
- f) Tortura;
- g) Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;

---

apoiar com verbas orçamentárias adequadas.”. Corte IDH. Caso Rochac Hernández y otros Vs. El Salvador. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 14 de octubre de 2014. Tradução livre.

<sup>50</sup> Corte IDH. Caso Goiburú y otros Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Tradução livre.

<sup>51</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm). Acesso em: 20/10/2021.

<sup>52</sup> Também conhecido como Estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI), o Estatuto de Roma é o documento que regulamenta as normas empregadas no TPI, às quais devem se submeter os cidadãos de todos os países sob sua jurisdição.



h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal;

i) Desaparecimento forçado de pessoas

j) Crime de apartheid;

k) Outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental.<sup>53</sup>

Assim como o Estatuto de Roma, a Corte IDH também tem entendimento no sentido da existência de um caráter sistemático no crime de desaparecimento forçado. Na maioria dos casos analisados, os desaparecimentos são perpetrados em meio a um contexto de diversas violações aos direitos humanos<sup>54</sup>. Esse padrão de reincidência faz com que a prática seja particularmente grave.

Em sua constante jurisprudência sobre este tipo de caso, a Corte reiterou que o desaparecimento forçado de pessoas constitui uma violação múltipla de vários direitos protegidos pela Convenção Americana e coloca a vítima em um estado de total indefesa, levando a outras violações relacionadas, em particular grave quando faz parte de um padrão ou prática sistemática aplicada ou tolerada pelo Estado.<sup>55</sup>

Desta forma, fica evidente a seriedade com a qual a Corte IDH aborda a questão do delito de desaparecimento forçado de pessoas, assim como o empenho do órgão não apenas em mitigar seus resultados, mas também de coibir a prática. Proferidas as sentenças, caberá aos Estados adotar as medidas determinadas e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) fiscalizar seu cumprimento.

---

<sup>53</sup>TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Decreto nº 4388, de 17 de julho de 1998. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. **Estatuto de Roma**, [S. l.], 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm). Acesso em: 12 ago. 2021.

<sup>54</sup><sup>54</sup> I.e: “Os fatos do caso se enquadram em um contexto sistemático de graves e massivas violações dos direitos humanos na Guatemala durante o conflito armado interno, no qual a população maia foi particularmente afetada.” Corte IDH. Caso Miembros de la Aldea Chichupac y comunidades vecinas del Municipio de Rabinal Vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 30 de noviembre de 2016. Tradução livre.

<sup>55</sup> Corte IDH. Caso Anzualdo Castro Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2009. Serie C No. 202. Tradução livre.

## 2) O caso Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil julgado pela Corte IDH

Em novembro de 2010, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas práticas empregadas pelo país durante a Guerrilha do Araguaia<sup>56</sup>. O caso Gomes Lund, como foi nomeado pela Corte em razão do nome de um dos guerrilheiros, foi objeto de uma sentença de enorme importância para o âmbito jurídico não apenas nacional, como também internacional. Trata-se de um marco em termos de políticas de verdade, memória e justiça<sup>57</sup> por ter sido a primeira condenação internacional do país em razão das inúmeras violações aos direitos humanos perpetradas não só no curso da Guerrilha do Araguaia<sup>58</sup>, como também na ditadura civil militar que assolou o país entre os anos de 1964 e 1985.

O julgamento do caso pela Corte IDH só foi possível graças aos esforços e demandas dos familiares dos desaparecidos durante a Guerrilha. A seguir, este grupo será referido como “representantes”, por terem sido, como o próprio nome já diz, os representantes que trouxeram o caso à Corte.

As informações que se seguem foram retiradas da própria sentença do caso, proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, e pelo relatório apresentado pela Comissão Nacional da Verdade no 14º capítulo do primeiro volume.

### 2.1) Os fatos do caso

---

<sup>56</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>57</sup> MORAES, Ana Luisa Zago de. O “Caso Araguaia” na Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Liberdades*. IBCCRIM, Nº 08, setembro-dezembro, 2011, pp. 88-110, 2011. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/publicacoes/visualizar-pdf/448/1>. Acesso em: 24 set. 2021.

<sup>58</sup> CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. O julgamento do caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e os seus principais legados legislativos para o Estado brasileiro. **DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA DO SUL**, p. 107.

O caso da Guerrilha do Araguaia foi um dos mais infames da ditadura civil-militar brasileira. Tendo assassinado mais de 70 pessoas<sup>59</sup> em suas operações (1972-1975), o exército contou com o alistamento de soldados rasos que conheciam a região. Comandada por militantes do Partido Comunista do Brasil, a Guerrilha do Araguaia teve início no ano de 1967, e fim em 1974. Seu objetivo era conscientizar e organizar os moradores do campo acerca do regime ditatorial instaurado no país para que, eventualmente, fosse deflagrada uma revolta armada. Dentre os guerrilheiros estavam estudantes universitários e pessoas recém-formadas nas mais diversas universidades metropolitanas do país. Para que alcançassem seus objetivos, os militantes se aproximaram lentamente da população local, oferecendo serviços e preenchendo lacunas deixadas pelo Estado em razão do isolamento da região.

O local dos fatos foi escolhido com base justamente neste isolamento: às margens do Rio Araguaia, onde atualmente está situado o estado do Tocantins. O “bico do papagaio” (como é conhecida a região norte de Tocantins) era uma região estratégica por ser geográfica e socialmente isolada, permitindo que os militantes se aproximassem da população sem que chamassem atenção do governo. Era também um local inserido em meio à floresta, o que dificultava o acesso dos militares à região e sua permanência.

Com o passar dos anos, a relação entre o campesinato e os guerrilheiros foi se estreitando, havendo trocas de experiências. Enquanto os guerrilheiros prestavam auxílio material e profissional, a população local ensinava-os a sobreviver na mata, como andar em meio à densa vegetação e onde procurar abrigo:

Dentro deste contexto de conhecer e tal, o que nós fizemos? Aqui dá para montar uma escola. Chamava os caras, discutia e tal, a Cristina dava aula. Eles não têm dinheiro: paga com galinha, paga com arroz, moranga. A Cristina recebia, levava para nós. Está

---

<sup>59</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. cap. 14. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>. Acesso em 02/11/2021.

ótimo! Coisa a mais para comer. Vai dar aula para as crianças, entendeu? Isso aí estabelece uma integração. O nosso objetivo era nos integrar com as massas. Ter uma relação, uma simbiose com a massa. (...)

Eles dizem assim: esse pessoal é muito bom, mas eles não querem nada da gente. Agora, fazer a troca sempre. O cara passava lá, te dava um quarto de Caititu, aí o pessoal levava alguma coisa para eles depois. Sabe? Mas sem... No mesmo nível, sabe? Sem criar conflito. Naturalmente.<sup>60</sup>

As estratégias empregadas pelos guerrilheiros foram tão eficientes, que foram necessárias três operações militares para que a guerrilha tivesse fim. Essas operações receberam os nomes de Operação Papagaio (1972), Operação Sucuri (maio de 1973) e Operação Marajoara (outubro de 1973).<sup>61</sup>

A Operação Papagaio, iniciada em setembro de 1972, marcou o início das operações militares que objetivavam acabar com a Guerrilha do Araguaia. Um ponto a ser ressaltado é que essas operações, além de dirigidas a um inimigo interno, não visavam conquistar um território, mas uma parcela da população.

Dada a falta de conhecimento dos militares acerca das especificidades da região, a primeira operação não teve grande sucesso. Todavia, estima-se que tenham sido presas oito pessoas e mortas, duas. Ficou também explícita a desproporção dos meios empregados pelo exército, que enviou 5 mil homens para o combate, e se utilizou de armas como Napalm<sup>62</sup> para combater um número reduzido de guerrilheiros.

---

<sup>60</sup> Arquivo CNV, 00092.001746/2014-62. Depoimento prestado à CNV em 14/8/2014.

<sup>61</sup> “A periodização das operações militares na região do Araguaia pode variar de acordo com a inclusão ou não de movimentações anteriores à descoberta das atividades do PCdoB no local. Os primeiros confrontos diretos entre guerrilheiros e militares se deram em abril de 1972. Não obstante, uma série de operações foi realizada anteriormente em zonas próximas ao local de trabalho dos guerrilheiros. Se incluirmos essas movimentações na periodização, a cronologia de ações militares na região fica da seguinte forma: construção do Batalhão de Infantaria de Selva em Marabá (janeiro de 1970); classificação de Marabá como Área de Segurança Nacional (outubro de 1970); Operação Carajás (1970); Operação Mesopotâmia (1971); descoberta dos guerrilheiros no Araguaia (1972); operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974).” BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. cap. 14. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>. Acesso em 20/09/2021.

<sup>62</sup> “O uso dos herbicidas têm como finalidade atacar plantas, esterilizar o solo e destruir as plantações que possam servir tanto de alimento como de abrigo aos combatentes. Destacam-se neste grupo o Agente Laranja e o Napalm. (...) O Napalm é uma mistura de petróleo e de reagentes químicos, em forma de

Após o fracasso da Operação Papagaio, teve início, no ano seguinte, a Operação Sucuri. Esta operação contou com uma nova estratégia: o levantamento de informações. Para este fim, foram convocados agentes do DOI-CODI, Comando Militar do Planalto e da Terceira Brigada de Infantaria. Estes agentes atuaram disfarçados de membros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de agentes de saúde, posseiros, entre outros. O objetivo era fazer um levantamento dos esconderijos e das áreas de trânsito dos guerrilheiros, além de mapear suas redes de apoio entre os moradores.

Concluída a Operação Sucuri, teve início a derradeira operação militar de combate à Guerrilha: a Operação Marajoara. Esta operação “buscava a eliminação total da guerrilha”<sup>63</sup>. Utilizando-se dos conhecimentos adquiridos pelos agentes empregados na Operação Sucuri, a estratégia utilizada foi diferente da Operação Papagaio: os batalhões ostensivos deram lugar aos pequenos grupamentos, que contavam ainda com a participação de civis.

Esta Operação foi constituída por duas fases. A primeira teve como objetivo “eliminar” a rede de apoio dos militantes, composta majoritariamente por camponeses. Já a segunda consistiu no ataque das áreas de depósito de comida e de esconderijo dos guerrilheiros – identificadas na Operação Sucuri.

Ao fim, foram assassinados 56 guerrilheiros, cujos corpos seguem desaparecidos. Além dos camponeses que morreram, outros tantos foram torturados pelos militares para que fornecessem informações e presos sob a acusação de serem integrantes dos grupos de apoio à Guerrilha.

---

gel, que provoca queimaduras de até quinto grau atingindo músculos e ossos com comprometimento severo dos membros e dos órgãos”. LARANJEIRA, Jane Maria Gonçalves (ed.). Ataque químico: uma ameaça silenciosa - Parte II: Tipologia e classificação das armas químicas e a ciência toxicológica. **Jornal da química inorgânica**, Caruaru, ano v, n. 2, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39102/1899826/Edição+2+ano+V+JQI+Armas+Quimicas.pdf/8c45b9c1-a26a-4903-bb0f-abf4714efd4e>. Acesso em 20/09/2021

<sup>63</sup>BRASIL. *Op. cit.*

Apesar de haver documentação oficial determinando que os mortos em combate fossem identificados e sepultados<sup>64</sup>, a instrução não foi seguida. Além do mais, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) entende que:

[n]esse sentido, é possível afirmar que, por mais que uma metodologia de identificação e sepultamento possa ter sido adotada nos momentos iniciais da Guerrilha do Araguaia, as últimas operações militares na região fizeram esforço deliberado de ocultação dos cadáveres. Isso pode ter ocorrido tanto a partir do abandono de corpos na mata, nos próprios locais de execução sumária, como a partir da remoção de cadáveres já sepultados para outros espaços onde não fossem facilmente encontrados.<sup>65</sup>

Ademais, finda a Guerrilha do Araguaia e com a aproximação do processo de “abertura lenta, gradual e segura”, foi empreendida na região a Operação Limpeza, cujo objetivo foi desenterrar os mortos dos locais próximos aos acontecimentos da Guerrilha, nos quais tinham sido inicialmente enterrados, e transferir seus corpos para locais mais isolados, de forma que não fossem encontrados. De acordo com a CNV, tratou-se de “uma metodologia sistemática de ocultação”.

Porque o Bandeira fez um cemitério, lá, e vários amigos meus, que trabalharam comigo em equipe, chegaram e disseram: “Olha, foi a pior missão que eu tive”. Imagine você pegar um cara, em cova rasa... Porque estava começando a haver uma romaria para essa região do cemitério [...]. O Bandeira disse: “Eles vão canonizar esses caras. Então desenterra, e transfere”

(...)

O general deu a ordem: ‘Desenterra e transfere para o outro local, mais afastado, no meio da mata, para o pessoal não ir lá’. <sup>66</sup>

Dada a dimensão das violações aos Direitos Humanos praticadas no contexto da Guerrilha do Araguaia (torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados<sup>67</sup>), o caso foi remetido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e, em seguida, à Corte Interamericana de Direitos Humanos para que o Estado Brasileiro fosse julgado por sua participação no

---

<sup>64</sup> Carta de instrução do comandante da Força dos Fuzileiros da Esquadra, anexo “A”. Disponível em: [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2012,%2030,%2034,%2050,%2084,%20105,%20106,%20107,%20108,%20112,%20113,%20120%20-%20BR\\_DFANBSB\\_VAY\\_0044\\_d.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2012,%2030,%2034,%2050,%2084,%20105,%20106,%20107,%20108,%20112,%20113,%20120%20-%20BR_DFANBSB_VAY_0044_d.pdf). Acesso em 20/09/2021.

<sup>65</sup>BRASIL. *Op. cit.*

<sup>66</sup> *Idem.*

<sup>67</sup> “Os documentos oficiais, somados aos relatos de sobreviventes e testemunhas, permitem perceber um padrão de conduta que inclui torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados”. *Idem.*

evento<sup>68</sup>. Como dito anteriormente, até hoje os restos mortais dos desaparecidos não foram encontrados (acredita-se que tenham sido lançados de aviões a regiões remotas do país), e o delito de desaparecimento forçado segue sem tipificação exata no Código Penal Brasileiro.

## **2.2) Dos principais argumentos utilizados pelas partes**

### **2.2.1) Argumentos processuais**

No caso apresentado à Corte Interamericana pela CIDH, o Estado brasileiro apresentou 4 exceções preliminares<sup>69</sup>: (i) incompetência *ratione temporis* da Corte para analisar e julgar as violações; (ii) falta de esgotamento de recursos internos; (iii) ausência de interesse processual dos representantes; (iv) vedação à regra da quarta instância; e, no que diz respeito ao mérito da ação, pleiteou o reconhecimento da improcedência dos pedidos realizados pela Comissão.<sup>70</sup>

De acordo com o Estado brasileiro, no caso em tela, haveria flagrante configuração de incompetência *ratione temporis*, uma vez que o Brasil apenas reconheceu a competência contenciosa da Corte em dezembro de 1988, portanto, em data posterior aos fatos. E, apesar do país ter reconhecido a competência da Corte também para fatos iniciados antes de dezembro de 1988 que se estendam após este reconhecimento, é feita uma ressalva de que “é inequívoca a falta de

---

<sup>68</sup> “A luta dos familiares dos guerrilheiros do Araguaia por informações a respeito das circunstâncias da morte e localização dos restos mortais dos desaparecidos, inicialmente por meio de ação judicial movida em 1982 contra a União Federal (ver Capítulo 17) e depois em petição de 1995 perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH), apresentada em nome deles pelo Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e pela Human Rights Watch/Americas, deu ensejo à condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) no Caso Gomes Lund.”. )” BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. cap. 14. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>. Acesso em 20/09/2021.

<sup>69</sup> “Embora a Convenção Americana e o Regulamento não desenvolvam o conceito de ‘exceção preliminar’, a Corte afirmou reiteradamente, em sua jurisprudência, que por esse meio se questiona a admissibilidade de uma demanda ou a competência do Tribunal para conhecer de determinado caso ou de algum de seus aspectos, em razão da pessoa, da matéria, do tempo ou do lugar”. Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>70</sup> MORAES, Ana Luisa Zago de. *Op. cit.*

competência da Corte para conhecer das detenções arbitrárias, atos de tortura e execuções extrajudiciais ocorridas antes de 10 de dezembro de 1998”<sup>71</sup>. Portanto, seria caso de incompetência temporal. Exceção preliminar considerada parcialmente fundada.

Em seguida, alegou-se a falta de interesse processual dos peticionários. De acordo com o Estado brasileiro, as medidas adotadas pelo Estado em resposta ao ocorrido na Guerrilha do Araguaia, além das que estavam em fase de implementação, atendem de maneira integral aos pedidos da parte. Exceção preliminar desestimada pela Corte.

Também foi alegada pela parte ré a falta de esgotamento de recursos internos. Apontaram-se uma série de ações sobre o caso que ainda tramitavam no judiciário brasileiro. Como exemplo, podem ser citadas a ADPF 153, previamente discutida, e a Ação Civil Pública de número 2001.39.01.000810-5<sup>72</sup>. Esta exceção preliminar também não foi conhecida pela Corte.

A última exceção preliminar alegada foi a regra da quarta instância e falta de esgotamento a respeito da ADPF 153.

Inicialmente, o Estado sustentou que seria necessário tempo para que se debatesse internamente, de maneira democrática a questão desta Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental específica. Todavia, em abril de 2010 foi declarada improcedente a ADPF 153 e entendido pelo poder judiciário que a Lei de Anistia brasileira estava de acordo com os ditames constitucionais. Uma vez esgotada a questão, alegou-se a proibição da instituição de uma quarta instância, um “tribunal de alçada” destinado a julgar os erros e acertos do judiciário brasileiro, que atuou dentro de sua competência. Exceção preliminar desestimada pela Corte.

---

<sup>71</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>72</sup> Interposta pelo Ministério Público Federal, esta ação teve como finalidade a obtenção de documentos sobre as ações militares praticadas contra a Guerrilha do Araguaia.



Os contra-argumentos da Comissão atacaram diretamente as exceções preliminares levantadas pelo Estado brasileiro. Primeiro, no que diz respeito à incompetência temporal da Corte IDH, a CIDH afirmou que, dada a natureza continuada do desaparecimento forçado, as violações aos direitos humanos deveriam ser consideradas posteriores ao reconhecimento da competência da Corte. Em seguida, em resposta à exceção preliminar de falta de interesse processual, levantada pelo Brasil, a Comissão salientou que este tipo de alegação não conta com natureza de exceção preliminar, devendo, portanto, também ser rejeitada. Ademais, a Comissão também ressaltou que as recomendações ao Estado, contidas no Relatório de Mérito 91/08<sup>73</sup> não foram integralmente cumpridas.

Outra exceção preliminar suscitada pelo Brasil foi a falta de esgotamento dos recursos internos. Sobre esta questão, a Comissão alegou que já tinha sido objeto de análise em sede de Relatório de Admissibilidade<sup>74</sup>. Portanto, de acordo com a Comissão, deveria ser aplicada a exceção do artigo 46.2.c da Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>75</sup>, uma vez que a Ação Ordinária em curso na

---

<sup>73</sup> “(...) entre outras, aquelas medidas para: a) assegurar que a Lei de Anistia no 6.683/79 ‘não continue a ser um obstáculo para a persecução penal das graves violações de direitos humanos que constituam crimes contra a humanidade’; b) ‘determinar, por meio da jurisdição de direito comum, a responsabilidade penal pelos desaparecimentos forçados das [supostas] vítimas’; e c) sistematizar e publicar todos os documentos referentes às operações militares contra a Guerrilha do Araguaia.”. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf)

<sup>74</sup> Relatório de Admissibilidade 33/01, de 6 de março de 2001

<sup>75</sup> “4. As declarações serão depositadas na Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, a qual encaminhará cópia das mesmas aos Estados-membros da referida Organização.

Artigo 46 - Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário:

- a) que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de Direito Internacional geralmente reconhecidos;
- b) que seja apresentada dentro do prazo de seis meses, a partir da data em que o presumido prejudicado em seus direitos tenha sido notificado da decisão definitiva;
- c) que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional; e
- d) que, no caso do artigo 44, a petição contenha o nome, a nacionalidade, a profissão, o domicílio e a assinatura da pessoa ou pessoas ou do representante legal da entidade que submeter a petição.

2. As disposições das alíneas "a" e "b" do inciso 1 deste artigo não se aplicarão quando:

- a) não existir, na legislação interna do Estado de que se tratar, o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenham sido violados;
- b) não se houver permitido ao presumido prejudicado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los; e

justiça brasileira tramitava há anos sem que houvesse uma decisão definitiva sobre a questão. Ainda neste ponto, a Comissão destacou que não foi objeto de contestação pelo Estado brasileiro qualquer possível erro na decisão de admissão do caso frente à Corte.

Também apresentaram seus contra-argumentos no curso do processo os representantes Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Estudos da Violência do Estado e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional.

No que tange a incompetência temporal da Corte, os representantes alegaram que:

a possível data do início dos desaparecimentos não restringe nem limita a competência *ratione temporis* do Tribunal, uma vez que se trata de uma violação de caráter permanente e continuado.<sup>76</sup>

Já no tópico da ausência de interesse processual, a argumentação dos representantes foi semelhante à da Comissão: alegou-se que este questionamento não constitui uma exceção preliminar e que as medidas empregadas pelo Estado brasileiro frente à situação foram insuficientes.

Sobre a falta de esgotamento dos recursos internos, os representantes apontaram que o Estado brasileiro não apresentou tal exceção preliminar em momento oportuno. Portanto, não deveria ser admitida pela Corte. Subsidiariamente, alegou-se a ineficácia dos recursos internos do Estado brasileiro.

Por fim, quanto à regra da quarta instância e falta de esgotamento a respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, os representantes propuseram 4 argumentos: (i) o recurso das ADPFs não estava regulamentado quando foi apresentado o caso à Comissão; (ii) a legitimação

---

c) houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos.”. BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, Brasil, 6 nov. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 24 set. 2021.

<sup>76</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

ativa para a interposição de uma ADPF é extremamente restrita e não engloba familiares dos desaparecidos ou seus representantes; (iii) o Partido Comunista do Brasil não é representante legal dos familiares, portanto, não teria direito de interpor ação em seu nome; e (iv) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não se trata de recurso adequado a abordar e remediar os desaparecimentos forçados.

Além da insuficiência da ADPF 153 como recurso de enfrentamento ao caso, alegou-se que, ao estender a Anistia aos agentes da repressão ditatorial, o Supremo Tribunal Federal impediu que seja feita a busca por justiça e verdade na jurisdição brasileira. A Corte, portanto, recebeu apenas uma das exceções preliminares suscitadas pelo Estado brasileiro: a exceção preliminar de incompetência *ratione temporis* da própria corte. Mesmo assim, este argumento foi recepcionado apenas parcialmente. Desta forma, fica clara a força dos contra-argumentos apresentados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e pelos representantes.

### **2.2.2) Argumentos de mérito**

No que diz respeito ao mérito do caso, foram apresentados diversos argumentos. São eles: (i) direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade e às liberdades pessoais; (ii) direito às garantias pessoais e à proteção judicial; (iii) direito à liberdade de pensamento e de expressão, às garantias judiciais e à proteção judicial; (iv) direito à integridade pessoal.

A primeira questão de mérito abordada pela sentença da Corte IDH foi a questão do direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade e às liberdades pessoais.

A CIDH alegou que a prática de desaparecimentos forçados é um crime contra a humanidade (entendimento que, como já visto, está de acordo com a jurisprudência da própria Corte IDH) e que o presente caso conta com especial

relevância pelo fato de que os desaparecimentos forçados ocorreram em um contexto de prática sistemática de detenções arbitrárias, torturas e execuções<sup>77</sup>.

[Q]uizeram criar um ‘limbo jurídico’, implantando-o através da negativa estatal de reconhecer que as vítimas estavam sob sua custódia ou dando informações contraditórias sobre seu paradeiro, provocando deliberadamente a impossibilidade da vítima exercer seus direitos e mantendo seus familiares num vazio informativo sobre seu paradeiro ou situação.<sup>78</sup>

Além disso, a Comissão destacou que, apesar de valorizar o reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro em âmbito interno e o pagamento de algumas indenizações, o país ainda não forneceu informações mínimas aos familiares dos desaparecidos, fazendo com que as vítimas fiquem sem saber sobre o paradeiro de seus entes queridos.

A CIDH, solicitou que fossem entendidos como violados os artigos 1.1, 3, 4, 5 e 7 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Já os representantes salientaram que os fatos ocorridos na Guerrilha do Araguaia fizeram parte de um padrão de políticas do Estado à época, em que se reprimia, perseguia e eliminava sistematicamente toda e qualquer oposição ao sistema político da ditadura.

Alegou-se ainda que o isolamento prolongado, quando sob custódia do Estado, e a falta de comunicação impostos constituíram o *modus operandi* dos agentes estatais.

As circunstâncias dos desaparecimentos não foram esclarecidas, os restos mortais não foram localizados, identificados e entregues a seus familiares, e os responsáveis não foram investigados, processados ou sancionados.<sup>79</sup>

Pelos motivos expostos, assim como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os representantes solicitaram que o Estado brasileiro seja condenado por violação aos artigos 1.1, 3, 4, 5 e 7 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

---

<sup>77</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>78</sup> *Idem*.

<sup>79</sup> *Idem*.

Em sede de audiência pública, o Brasil reafirmou sua responsabilidade pelas violações de direitos humanos ocorridas durante a Guerrilha do Araguaia. O Estado respondeu às alegações das partes destacando as medidas adotadas, como a criação da Lei 9.140/95, que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas no período de 2 de setembro de 1961, a 15 de agosto de 1979, e a publicação do relatório “Direito à Memória e à Verdade”.

Todavia, o Estado brasileiro não respondeu diretamente às alegações sobre desaparecimento forçado durante o período específico da Guerrilha do Araguaia. Além disso, o Brasil se opôs à aplicação da noção de crimes contra a humanidade, uma vez que o instituto só foi consolidado no Estatuto de Roma, que data de momento posterior aos fatos ocorridos.

Em seguida, alegou-se a violação ao direito às garantias judiciais e à proteção judicial. Neste ponto, a Comissão alegou que a investigação e a punição dos responsáveis pelos desaparecimentos estão impedidas em razão dos termos da Lei de Anistia, especialmente dada a interpretação que o Estado brasileiro conferiu à norma.

Este quadro acabou fazendo com que nem os familiares dos desaparecidos, nem a população geral pudesse conhecer a verdade sobre os desaparecimentos. A presente situação, causada pela Lei de Anistia, é, de acordo com a Comissão, uma clara violação dos artigos 8 e 25 da CADH. Nega-se o direito aos familiares de garantia a uma investigação das mortes.

A CIDH destacou ainda a proibição de anistia para crimes para graves violações de direitos humanos, especialmente quando se tratam de crimes contra a humanidade. Portanto, esta Lei não pode continuar impedindo a investigação dos fatos.

Por estes motivos, a Comissão considerou que o Estado brasileiro violou os artigos 1.1, 2, 8.2 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Neste ponto, os representantes seguiram a mesma linha argumentativa da CIDH, alegando que a Lei de Anistia e a eficácia *erga omnes* conferida pelo STF no julgamento da ADPF 153, atualmente, representa um dos maiores obstáculos legais na busca pelo direito de acesso à justiça e à verdade dos familiares. Destacaram também que a elaboração da Lei de Anistia não foi um processo de negociação equilibrada: “(...) atribuir o consentimento à anistia para os agentes repressores ao lema da campanha e aos familiares dos desaparecidos é deformar a história”<sup>80</sup>.

Outro relevante obstáculo legal apontado pelos representantes é a falta de tipificação do crime de desaparecimento forçado no direito brasileiro. Esta ausência, de acordo com os representantes, configura o descumprimento do artigo 2º da Convenção Americana de Direitos Humanos. Em resposta, o Estado brasileiro alegou que a Lei de Anistia se justifica por se tratar de um mecanismo de justiça de transição. De acordo com o Estado, a punição de violadores de direitos humanos após o fim das hostilidades pode acabar configurando um obstáculo ao processo transicional, perpetuando um clima de desconfiança e rivalidade.

No que tange a proibição de prescrição de crimes desta natureza, o Brasil alegou que esta possibilidade violaria o princípio da legalidade, uma vez que a Constituição brasileira estabelece um rol taxativo de crimes imprescritíveis.

Solicitou-se à Corte IDH que entendesse que o Estado já empreendeu todas as medidas necessárias para a superação da questão. Caso contrário, alegam que seria violado o princípio da legalidade, cláusula pétrea constitucional.

Sobre o processo de elaboração da Lei de Anistia, o Estado brasileiro destacou a bilateralidade da legislação, já que englobou tanto agentes estatais da

---

<sup>80</sup> *Idem*.

repressão, quanto opositores do regime, abarcando os dois lados do conflito político-ideológico.

Outro argumento apresentado foi o direito à liberdade de pensamento e de expressão, às garantias judiciais e à proteção judicial, em relação às obrigações de respeitar e garantir os direitos e o dever de adotar disposições de direito interno. Acerca deste argumento, a Comissão alegou haver uma restrição indevida ao direito de acesso à informação, considerando-se que não há motivo para que as informações acerca do ocorrido durante a Guerrilha sejam omitidas do público. Além disso, a CIDH afirmou que a manutenção da falta de informação é “equiparável a tortura”<sup>81</sup>.

Ademais, a Comissão ainda alegou que as leis de acesso à informação no Brasil estão em desacordo com os parâmetros internacionais, o que também dificulta o conhecimento dos fatos e, conseqüentemente, a garantia dos direitos à memória e verdade. Com base nesses argumentos, a CIDH alegou que o Estado brasileiro violou os artigos 1.1, 8 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Os representantes apresentaram argumentos similares aos da Comissão, postulando que a recusa do Estado em entregar documentos às entidades de investigação, ou em sequer informar se determinados documentos ainda existiam ou se haviam sido destruídos escancara a violação ao direito à informação. De acordo com os representantes, o Estado violou os artigos 1.1, 2, 8, 13 e 25 da CADH. Em resposta, o Estado brasileiro fez referência a sua legislação interna, como o projeto de Lei 5.228/09 e a outras medidas adotadas pelo país, como o projeto Memórias Reveladas. No que diz respeito à existência de documentos não revelados, as forças aéreas alegaram não possuir em seus arquivos documentos da época.

---

<sup>81</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

Por fim, o último argumento de mérito suscitado foi o direito à integridade pessoal em relação à obrigação de respeitar os direitos. A CIDH alegou que a violação à integridade moral e psicológica dos familiares dos desaparecidos está diretamente relacionada aos desaparecimentos e a certeza da morte da pessoa executada.

A ausência de efetiva investigação dos fatos por parte do Estado em razão da Lei de Anistia fez com que os familiares fizessem uma excursão à região para que pudessem obter indícios e averiguar alguns dos fatos. Em razão das descobertas feitas nesta excursão, vários familiares foram profundamente afetados e passaram a sofrer com problemas psíquicos. A Comissão alegou que o Brasil violou os artigos 1.1 e 5 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Os representantes também alegaram que, até a data do julgamento, passados mais de 30 anos dos fatos, os familiares ainda não conseguiram recuperar os restos mortais dos desaparecidos. Alegou-se, também, a violação dos artigos 1.1 e 5 da CADH.

O Estado brasileiro salientou que “fez muito” para sanar o sofrimento das vítimas desde a redemocratização, revelando os fatos históricos do período anterior. Apontou também que realizou o pagamento de indenizações às vítimas.

### **2.3) As reparações estabelecidas pela Corte IDH**

Apresentada a argumentação de cada uma das partes, passa-se às decisões da Corte IDH. De início, o Tribunal entendeu que os artigos da Lei de Anistia brasileira que obstem a investigação e sanção de graves violações aos direitos humanos estão em desacordo com a Convenção Americana e não podem seguir sendo um obstáculo à investigação dos fatos ou à persecução penal dos responsáveis.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu também que o Estado brasileiro violou os seguintes artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos: 1.1, 3, 4, 5 e 7, no que diz respeito à violação dos direitos ao



reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal.

Com relação ao descumprimento da obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana, o Estado violou os artigos 1.1, 2, 8.1 e 25.

No entendimento da Corte IDH, o Brasil também é responsável pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, previstos nos artigos 1.1, 2, 8.1 e 25.1 da CADH. Foram também violados os artigos 1.1, 8.1, 13 e 25 da Convenção, relativos ao direito às liberdades de pensamento e expressão. Da mesma maneira, a Corte determinou que o Brasil é responsável por violar os direitos às garantias judiciais e por exceder prazo razoável em sede de Ação Ordinária. Descumprindo, assim, o positivado na Convenção Americana em seus artigos 1.1, 8.1 e 13.1. Por último, o Tribunal sentenciou que o Estado é responsável por violar o direito à integridade pessoal, em prejuízo dos familiares dos desaparecidos. Infringindo, assim, os artigos 1.1 e 5.1 da Convenção.

De acordo com o artigo 63.1 do Pacto de San Jose da Costa Rica, a prática de violações aos direitos humanos enseja reparações e garantias de não-repetição.<sup>82</sup>

Determinados os artigos violados, passou-se às obrigações e reparações que deveriam ser cumpridas pelo Estado brasileiro, como as de investigar os fatos, julgar e punir os responsáveis, assim como de determinar o paradeiro das vítimas. Esta investigação, de acordo com a Corte deve ser completa, efetiva e imparcial, baseando-se nos preceitos do devido processo legal. Para tanto, é

---

<sup>82</sup> “Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada”. BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, Brasil, 6 nov. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 24 set. 2021.

necessário que o Estado considere os crimes praticados como imprescritíveis, e impassíveis de anistia. Portanto, a Corte determina que

o Brasil deve adotar todas as medidas que sejam necessárias para assegurar que a Lei de Anistia e as leis de sigilo não continuem a representar um obstáculo para a persecução penal contra graves violações de direitos humanos.<sup>83</sup>

Como política diretamente ligada à garantia de memória e verdade, a Corte decidiu ainda que devem ser publicados os resultados de tal investigação, de forma que a população tenha acesso. Devem também ser intensificados os recursos logísticos, financeiros e tecnológicos empregados nas buscas pelo paradeiros das vítimas, e seus respectivos sepultamentos. Trata-se de direito dos familiares a identificação do paradeiro dos desaparecidos ou de seus restos.

Além das medidas supracitadas, foram ordenadas pela Corte uma série de reparações às vítimas, assim como garantias de não repetição do ocorrido. Uma delas é o oferecimento de assistência médica e psicológica. Esta assistência deve ser gratuita e oferecida pelo Estado. No entanto, deve ser prestada por centros médicos escolhidos pelas vítimas, não integrantes da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Também no âmbito das reparações às vítimas, deverão ser implementadas medidas de satisfação, compostas pela publicação da sentença proferida pela Corte IDH, a realização de ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional e o estabelecimento de um dia dos desaparecidos políticos no Brasil, assim como o de um memorial em homenagem.

No que diz respeito às garantias de não repetição propriamente ditas, a Corte determinou a instituição de quatro: a educação em direitos humanos nas Forças Armadas; a tipificação do delito de desaparecimento forçado, isto é, a criminalização da prática no Código Penal brasileiro<sup>84</sup>; acesso, sistematização e

---

<sup>83</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>84</sup> De acordo com os representantes, a tipificação deverá incluir: “a) a eliminação, *ab initio*, de instituições jurídicas como a anistia e a prescrição; b) a eliminação da competência da justiça militar; c) a investigação da totalidade das condutas das pessoas implicadas, e d) a determinação das sanções

publicação de documentos em poder do Estado acerca da Guerrilha do Araguaia; e a criação de uma Comissão Nacional da Verdade. Outro método de reparação abordado pela Corte foram as indenizações, que se subdividiram em materiais, imateriais e custas e gastos das vítimas.

No que diz respeito à indenização por danos materiais do caso, a Corte IDH reafirmou a sua jurisprudência, determinando que

o dano material supõe a perda ou detrimento dos ingressos das vítimas, os gastos efetuados com motivo dos fatos e as consequências de caráter pecuniário que tenham um nexo causal com os fatos do caso.<sup>85</sup>

Para o dano imaterial, são compreendidos como fundamento à indenização o sofrimento e as aflições causados às vítimas, não suscetíveis a medição pecuniária.

Por fim, em relação às custas e gastos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicitou à Corte que ordenasse o Estado a ressarcir as partes pelos gastos feitos na tramitação deste caso, como os de transporte, produção de provas, serviços de comunicação e tramitação nacional e internacional do caso.

As recomendações da Corte se encerram com a apresentação de uma série de pontos resolutivos. Dentre estes pontos resolutivos, alguns merecem destaque.

A declaração de que a Lei de Anistia brasileira é um obstáculo à investigação e à sanção de graves violações aos direitos humanos, que são incompatíveis com a Convenção Americana de Direitos Humanos.

O entendimento de que o Estado brasileiro é responsável pela prática de desaparecimentos forçados no contexto da Guerrilha do Araguaia, violando os direitos à vida, integridade pessoal e reconhecimento da personalidade jurídica, instituídos no Pacto de San Jose.

---

proporcionais à gravidade do crime”. Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>85</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

O descumprimento do Brasil de seu dever de adequar o direito interno à Convenção Americana de Direitos Humanos, como consequência da interpretação dada à Lei de Anistia no que tange graves violações aos direitos humanos.

Por último, destaca-se que a Corte IDH é o órgão encarregado de fiscalizar o cumprimento integral da sentença proferida, devendo o Estado, no prazo de um ano apresentar um informe à Corte sobre as medidas implementadas internamente visando o cumprimento da decisão.

Mais adiante serão abordados os relatórios de cumprimento de sentença, destacando quais reparações impostas já foram cumpridas e quais ainda estão pendentes de cumprimento.

#### **2.4) Algumas reflexões sobre a decisão da Corte IDH**

Além das questões já apresentadas, a sentença traz à tona um conflito entre a jurisdição interna e externa: a Lei de Anistia, promulgada em 1979, estabeleceu uma série de restrições às medidas legais cabíveis frente aos crimes cometidos durante a ditadura. Portanto restou vedado qualquer tipo de perseguição penal contra aqueles agentes estatais que praticaram torturas, assassinatos e outras violações aos direitos humanos durante o período<sup>86</sup>.

Com a promulgação da Constituição de 1988, passou-se a discutir a validade desta lei frente ao novo ordenamento constitucional. Em 29 de abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, que abordava justamente a recepção da Lei de Anistia pela nova Constituição. Mais especificamente, o que se questionou foram potenciais violações aos princípios democrático e republicano, ambos cláusulas pétreas da Constituição de 1988<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> *Idem*.

<sup>87</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil: [s. n.], 1988. Artigo 5º, III, XXXIII. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 24 set. 2021.

Entretanto, o STF julgou improcedentes os argumentos levantados pela Ordem dos Advogados do Brasil (arguinte) no curso do julgamento da ADPF. Desta forma, entendeu-se que não haveria violação constitucional na recepção da Lei de Anistia, uma vez que esta foi, inclusive, enquadrada no *status* de Emenda Constitucional (EC 26/85)<sup>88</sup>.

Fica evidente a contradição entre as duas decisões. Sendo assim, depara-se com uma situação inconciliável: caso o Estado opte por investigar e julgar atos da ditadura, como os praticados durante a Guerrilha do Araguaia, violará decisão da mais alta corte do país. Todavia, caso não o faça, irá de encontro com a decisão proferida pela Corte IDH<sup>89</sup>.

No âmbito legislativo interno, cumpre destacar algumas alterações legais significativas para o campo da justiça de transição, que só foram possíveis após a condenação do Estado brasileiro frente à Corte IDH. São elas: a criação da Lei de Acesso à Informações (LAI) e a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Promulgada em 2011, a Lei 12.527, que ficou conhecida como Lei de Acesso à Informações, tem como objetivo regulamentar o acesso a informações, previsto constitucionalmente. Trata-se de uma norma que, apesar de não concretizar por si só o direito à memória, é uma importante ferramenta que viabiliza e implementa a defesa dos direitos humanos, especialmente no que diz respeito ao campo da justiça de transição<sup>90</sup>.

Merecem destaque nesta lei as disposições que determinam a prevalência do interesse público sobre os interesses privados. Isto é: a preconização da memória e da verdade em detrimento do favorecimento pessoal de qualquer indivíduo, especialmente daqueles que foram direta, ou indiretamente

---

<sup>88</sup> STF. ADPF 153. Rel. Min. Eros Grau. Tribunal Pleno. Julgado em 29/04/2010. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadordpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>. Acesso em 25/09/2021

<sup>89</sup> MORAES, Ana Luisa Zago de. O "Caso Araguaia" na Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Revista Liberdades**, Brasil, n. Capítulo 4, ed. 8, p. 88-110, 2011. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/publicacoes/visualizar-pdf/448/1>. Acesso em: 24 set. 2021.

<sup>90</sup> CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. *Op. cit.*

envolvidos em graves violações aos direitos humanos<sup>91</sup>. Além da LAI, outra alteração legislativa de suma importância para o avanço da cultura de direitos humanos no país foi a instituição da Comissão Nacional da Verdade.

Diretamente relacionada à Lei de Acesso à Informações<sup>92</sup>, a Lei 12.528/2011, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade, objetivou a criação de uma Comissão responsabilizada por apurar e investigar os crimes cometidos durante a ditadura, publicizar as violações de direitos humanos durante a vigência do regime militar e criar mecanismos de não-repetição e de assistência às vítimas. Incluído na responsabilidade de investigar está o dever de “encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação dos corpos e restos mortais de desaparecidos políticos”<sup>93</sup>. Portanto, o dever de, de certa maneira, abordar a prática de desaparecimentos forçados, mesmo que de maneira mitigada.

Importante destacar que a CNV, da forma como foi instituída, não teve caráter judicial, assim, não tinha por objetivo julgar perpetradores de violações aos direitos humanos por seus crimes, mas apenas administrativo, visando possibilitar uma conciliação com o passado.

Para além do campo legislativo, a sentença proferida pela Corte neste caso possibilitou

estabelecer uma teoria normativa acerca de uma potencial responsabilização – de ordem direta e/ou indireta – pertinente aos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar, instaurada a partir de 31 de março de 1964, com destaque para os que participaram do combate na Guerrilha do Araguaia.<sup>94</sup>

Além de atuar como um mecanismo de exposição do Estado brasileiro pela falta de diligência empregada pelas autoridades competentes na abordagem do caso.

---

<sup>91</sup> *Idem*.

<sup>92</sup> AMARAL, Maria Eduarda de Toledo Pennacchi Tibiriçá & AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Corte IDH: julgamentos e o controle de convencionalidade do Brasil. *Etic-Encontro De Iniciação Científica*, V. 13, Nº 13, 2017.

<sup>93</sup> CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vascondelos. *Op. cit.*

<sup>94</sup> *Idem*.

### **3) O (des)cumprimento pelo Estado brasileiro da obrigação de tipificar o delito de desaparecimento forçado**

Conforme visto anteriormente, uma das principais reparações estipuladas pela Corte IDH foi a de tipificar, expressamente, no Código Penal pátrio o delito de desaparecimento forçado. Neste sentido, é de suma importância destacar que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos não é a única entidade internacional que reforça a importância desta medida.

Em setembro de 2021, o Comitê de Desaparecimentos Forçados da Organização das Nações Unidas (ONU) publicou uma série de observações acerca do relatório sobre desaparecimentos forçados apresentado pelo Brasil ao Órgão<sup>95</sup>. Dentre estas observações, está a importância da tipificação do desaparecimento forçado, e o empecilho apresentado pela Lei de Anistia:

O Comitê está preocupado com o fato de o Estado Parte ainda não ter adotado como delito autônomo o desaparecimento forçado.

(...)

No entanto, e levando em conta a natureza contínua do desaparecimento forçado, o Comitê está preocupado com as limitações que a Lei da Anistia imporia à eventual aplicação do delito de desaparecimento forçado uma vez adotado.<sup>96</sup>

Portanto, apesar do protagonismo<sup>97</sup> da Corte IDH sobre o tema, não se trata de uma preocupação exclusiva deste Órgão, salientando, ainda mais, a importância da abordagem desta questão.

#### **3.1) A importância da sentença da Corte IDH para o direito interno, mais especificamente da determinação de tipificação do desaparecimento forçado**

---

<sup>95</sup> Observações finais sobre o relatório apresentado pelo Brasil de acordo com os termos do artigo 29, parágrafo 1, da Convenção. Disponível em: [https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/09/pt\\_CED\\_C\\_BRA\\_CO\\_1\\_46841\\_E-2.pdf](https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/09/pt_CED_C_BRA_CO_1_46841_E-2.pdf). Acesso em 28/10/2021.

<sup>96</sup> *Idem*.

<sup>97</sup> DULITZKY, Ariel E. Dulitzky; ORIZAGA, Isabel Anayanssi & ARENAS, Verónica Hinestroza (ed.). *Op. cit.*

A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos possui enorme peso por se tratar de uma decisão que reconhece internacionalmente não apenas a prática do delito de desaparecimento forçado no Brasil durante a ditadura civil-militar que vigorou no país, mas também a importância da adequação do direito interno. Ou seja: que entendeu pela importância de se tipificar a prática de desaparecimentos forçados no Código Penal brasileiro.

Mais especificamente, os pontos resolutivos 14 e 15 da sentença do Caso Gomes Lund Vs. Brasil estabelecem o seguinte:

O Estado deve adotar, em um prazo razoável, as medidas que sejam necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas em conformidade com os parâmetros interamericanos, nos termos do estabelecido no parágrafo 287 da presente Sentença.

Enquanto cumpre com esta medida, o Estado deve adotar todas aquelas ações que garantam o efetivo julgamento, e se for o caso, a punição em relação aos fatos constitutivos de desaparecimento forçado através dos mecanismos existentes no direito interno.<sup>98</sup>

As determinações supracitadas estão, inclusive, de acordo com a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pelo Brasil em junho de 1994. Entretanto, até a presente data, o delito de desaparecimento forçado ainda não foi tipificado na legislação pátria.

Neste sentido, a discrepância entre os compromissos internacionais assumidos pelo país e a orientação legislativa e jurisprudencial torna-se ainda mais evidente, como destaca o voto do Juiz Ad Hoc Roberto de Figueiredo Caldas:

A jurisprudência brasileira firme, inclusive placitada por decisão recente do mais alto órgão do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal, esbarrou em jurisprudência tranquila desta Corte ao deixar de observar o *jus cogens*, ou seja, normas peremptórias, obrigatórias aos Estados contidas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.<sup>99</sup>

Em seu voto, o juiz destaca também a Lei de Anistia como um dos fundamentos da condenação do Brasil frente à Corte. Como já abordado

---

<sup>98</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>99</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.



anteriormente, a atual aplicação da Lei de Anistia representa um grande empecilho à investigação, julgamento e punição de práticas violadoras de direitos humanos empregadas durante a ditadura, incluindo-se o desaparecimento forçado.

No que diz respeito à condenação do país pela aplicação vigente da Lei de Anistia, o juiz destaca que estariam sendo violados os artigos 1.1, 8.1 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo eles, respectivamente, a obrigação de respeitar as previsões legais da própria convenção e os direitos a garantia e proteção judicial. A violação de tais artigos assume especial importância se considerarmos que, de acordo com o magistrado, a Convenção equivale a uma Constituição supranacional de direitos humanos<sup>100</sup> para os países que, livremente, a adotaram.<sup>101</sup>

Um dos aspectos relevantes do voto do juiz supramencionado é o fato de se tratar de um cidadão brasileiro, que, portanto, vivenciou os efeitos da ditadura pessoalmente, e que, por isso, possui uma perspectiva diferenciada dos demais juízes da Corte.

Em decorrência deste entendimento, torna-se fundamental que todos os Estados sujeitos às normas da Convenção adequem seus respectivos ordenamentos jurídicos internos. Destaca-se, neste ponto, que até as Constituições nacionais devem se conformar com as previsões da Convenção. Neste ponto, é pertinente destacar o artigo 2º da Convenção:

Dever de adotar disposições de direito interno. Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados-partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> Destaca-se que o Brasil não apenas assinou a Convenção Americana de Direitos Humanos, mas ratificou este Pacto. O ato de ratificar determinado tratado significa que o Estado está assumindo uma obrigação internacional. De acordo com a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados: ““ratificação”, “aceitação”, “aprovação” e “adesão” significam, conforme o caso, o ato internacional assim denominado pelo qual um Estado estabelece no plano internacional o seu consentimento em obrigar-se por um tratado”.

<sup>101</sup> *Idem*.

Este artigo, de acordo com o magistrado e com a jurisprudência da Corte, deve ser interpretado de forma a garantir que a Convenção não se dobre ao ordenamento constitucional interno de cada Estado.

A convenção Americana, juntamente com outros tratados de direitos humanos, foram concebidos e adotados com base na premissa de que os ordenamentos jurídicos internos devem se harmonizar com as disposições convencionais, e não vice-versa.<sup>103</sup>

No bojo da sentença, fala-se, ainda, na importância da atribuição do caráter de imprescritibilidade ao delito de desaparecimento forçado, assim como aos demais crimes de lesa-humanidade. A questão da prescrição dos atos que atualmente estão protegidos pela Lei de Anistia será abordada mais a fundo em momento oportuno.<sup>104</sup>

Portanto, dada a força internacional não apenas da Corte Interamericana, mas também da Convenção Americana de Direitos Humanos, fica inequívoca a seriedade da decisão proferida no caso Gomes Lund, especificamente no que diz respeito à importância da tipificação do delito de desaparecimento forçado no país.

Já entendeu também a Corte IDH que a prática do desaparecimento forçado não pode ser entendida apenas como um sequestro<sup>105</sup>, sendo indissociável a noção de participação do Estado na prática. Neste sentido, também é fundamental que magistrados brasileiros passem a empregar não apenas o termo “desaparecimento forçado” em suas sentenças, como esta noção, atribuindo à prática sua devida gravidade. Desta forma, ao desrespeitar a sentença, o Brasil está desrespeitando sua submissão à jurisdição da Corte Interamericana, assim como a Convenção Americana de Direitos Humanos.

<sup>102</sup> BRASIL. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, Brasil, 6 nov. 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 24 set. 2021.

<sup>103</sup> Voto do Juiz Cançado Trindade no caso Última Tentação de Cristo (Olmedo Bustos e outros Vs. Chile. Sentença de 5 de fevereiro de 2001.)

<sup>104</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>105</sup> “Aparentemente, esto se asemejaría a la figura de secuestro, empero se diferencia de ésta en que concurre la negación de la información de la detención o paradero de la víctima”. Caso Gómez Palomino Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de noviembre de 2005.

Como forma de garantir o cumprimento das decisões proferidas, a própria Corte IDH elabora relatórios de supervisão de cumprimento de sentença. No caso Gomes Lund, as reparações ainda não foram totalmente cumpridas.

Dentre as determinações pendentes de cumprimento está a tipificação do delito de desaparecimento forçado<sup>106</sup>:

Adotar, em um prazo razoável, as medidas necessárias para qualificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas de acordo com as normas interamericanas, nos termos do parágrafo 287 desta Sentença. No cumprimento desta medida, o Estado deve adotar todas as ações que garantam a efetiva ação penal e, se for o caso, a sanção quanto aos fatos que configuram desaparecimento forçado por meio dos mecanismos existentes no direito interno.

Além da determinação de tipificação, outras reparações ainda não foram cumpridas, como a condução de investigação penal do caso, além do emprego de esforços na busca e localização dos restos mortais dos desaparecidos. Uma das medidas mais significativas que também segue pendente de cumprimento é o reconhecimento da responsabilidade internacional do Estado brasileiro pelos fatos trazidos pelo caso.

Já no que diz respeito às reparações efetivamente cumpridas, a Corte cita apenas a notificação dos familiares dos desaparecidos acerca da sentença e sua publicação<sup>107</sup>. Há ainda reparações consideradas parcialmente cumpridas, como o pagamento de quantias indenizatórias às vítimas.

Voltando à questão da tipificação dos desaparecimentos forçados, o Estado brasileiro, em sede de audiência pública de cumprimento de sentença<sup>108</sup>, aponta os projetos de lei de criminalização da prática apresentados pelo poder

---

<sup>106</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil: reparaciones pendientes de cumplimiento. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/SCS/brasil/gomes/gomesp.pdf>. Acesso em 30/10/2021

<sup>107</sup> Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha Do Araguaia”) Vs. Brasil: reparaciones declaradas cumplidas. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/SCS/brasil/gomes/gomesc.pdf>. Acesso em 30/10/2021

<sup>108</sup> Audiencia Pública Conjunta. Casos Gomes Lund y otros y Herzog y otros Vs. Brasil. Costa Rica. Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2021. 1 vídeo (1:35:23). Publicado pelo canal da Corte Interamericana de Derechos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3apPAZ2d3Xs&list=PLUhWZuDPzeZPRKGDaeufvov60n5m1UGKs&index=15>. Acesso em 30/10/2021.

legislativo do país como forma de salientar as medidas sendo tomadas pelo governo brasileiro para o cumprimento integral da sentença.

A seguir, passa-se à análise destes projetos de lei e suas respectivas problemáticas.

### **3.2) Os projetos de lei que buscam a tipificação do desaparecimento forçado e suas problemáticas**

Apesar de ainda não ser considerado crime no ordenamento brasileiro, a prática de desaparecimentos forçados já foi objeto de uma série de projetos de lei visando sua criminalização. Entretanto, nenhum deles chegou a se tornar, de fato, lei e todos apresentam uma série de problemáticas que contradizem as orientações dos órgãos internacionais de direitos humanos. Passa-se, agora a uma análise de cada um desses projetos de lei e suas peculiaridades.

Em 2013, foi apresentado, pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 6.240/13<sup>109</sup>. A proposta da nova legislação seria que o Código Penal vigente passasse a vigorar com a seguinte redação em seu artigo 149-A:

Apreender, deter, sequestrar, arrebatar, manter em cárcere privado ou de qualquer outro modo privar alguém de sua liberdade, na condição de agente do Estado, de suas instituições ou de grupo armado ou paramilitar, ocultando ou negando a privação de liberdade ou deixando de prestar informação sobre a condição, sorte ou paradeiro da pessoa a quem deva ser informado ou tenha o direito de sabê-lo:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem ordena, autoriza, consente ou de qualquer forma atua para encobrir, ocultar ou manter ocultos os atos definidos neste artigo, inclusive deixando de prestar informações ou de entregar documentos que permitam a localização da vítima ou de seus restos mortais, ou mantém a pessoa desaparecida sob sua guarda, custódia ou vigilância.

§ 2º Para efeitos deste artigo, considera-se manifestamente ilegal qualquer ordem, decisão ou determinação de praticar o desaparecimento forçado de uma pessoa ou ocultar documentos ou informações que permitam a sua localização ou a de seus restos mortais.

§ 3º Ainda que a privação de liberdade tenha sido realizada de acordo com as hipóteses legais, sua posterior ocultação ou negação, ou a ausência de informação sobre o paradeiro da pessoa, é suficiente para caracterizar o crime.

---

<sup>109</sup> Senado Federal. Projeto de Lei nº 6240. 30 de agosto de 2013. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node015t996p5ldmq8mpokbhdo7atd4328808.node0?codeor=1123680&filename=PL+6240/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node015t996p5ldmq8mpokbhdo7atd4328808.node0?codeor=1123680&filename=PL+6240/2013). Acesso em 15/10/2020.

(...)

§ 8º Os delitos previstos neste artigo são imprescritíveis.

(...)

Consumação do desaparecimento

§ 10. Os delitos previstos neste artigo são de natureza permanente e são consumados de forma contínua enquanto a pessoa não for libertada ou não for esclarecida sua sorte, condição e paradeiro, ainda que ela já tenha falecido.

Além da nova redação do Código Penal, a proposta ainda sugeria que o desaparecimento forçado fosse adicionado ao rol de crimes hediondos (Lei 8.072/90).

Entretanto, em dezembro do mesmo ano, o projeto de lei foi objeto de modificações, realizadas pelo então relator da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Jair Bolsonaro. Posteriormente, o projeto de lei sofreu novas alterações em sua redação, dessa vez realizadas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. As alterações feitas diminuíram, respectivamente, as hipóteses de incidência do novo artigo, e a classificação do delito.

A primeira mudança incidiu sobre o 8º parágrafo do artigo 149-A. A princípio, a norma determinava que os desaparecimentos forçados configurariam crimes de caráter imprescritível. Ou seja: não haveria de se falar em um limite temporal para o alcance da nova tipificação. Todavia, ao ser submetida à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, alterou-se o texto proposto de forma a excluir os crimes protegidos pela Lei de Anistia. O parágrafo 8º passou, então, a contar com a seguinte redação: “Os delitos previstos neste artigo são imprescritíveis, ressalvado o alcance da Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979”<sup>110</sup>. Sendo assim, não estariam sujeitos ao novo texto normativo os desaparecimentos ocorridos durante a ditadura, inclusive os do caso da Guerrilha do Araguaia.

---

<sup>110</sup> Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Parecer aprovado com substitutivo do Projeto de Lei nº 6240/13. 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=relevancia&abaEspecific=true&filtros=%5B%7B%22ano%22%3A2013%7D%5D&q=6240&tipos=PL>. Acesso em 15/10/2021

Com esta alteração, o novo artigo do Código Penal estaria em desacordo com o entendimento da Corte, mais especificamente do Juiz Ad Hoc Roberto de Figueiredo Caldas, por considerar passíveis de prescrição os crimes abarcados pela Lei de Anistia, quando foi dito expressamente que o delito de desaparecimento forçado deveria, necessariamente, ser considerado imprescritível.

A imprescritibilidade também é objeto de abordagem pela Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (artigo VII), promulgada no Brasil em 2016: “A ação penal decorrente do desaparecimento forçado de pessoas e a pena que for imposta judicialmente ao responsável por ela não estarão sujeitas a prescrição”.<sup>111</sup>

A outra alteração feita, desta vez pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, retirou da proposta apresentada a inserção do desaparecimento forçado no rol de crimes hediondos. A justificativa apresentada foi a de que o direito penal conta com o princípio de *ultima ratio*, e que, portanto, acrescentar novos tipos penais à lei de crimes hediondos contrariaria este princípio.

Nota-se, assim, que a presente alteração legislativa seria insuficiente e estaria em descompasso com a seriedade atribuída ao delito de desaparecimento forçado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, alcançando apenas os casos de desaparecimento mais recentes, mas não aqueles de igual relevância praticados em períodos anteriores ao prazo prescricional<sup>112</sup>.

---

<sup>111</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm). Acesso em: 20/10/2021.

<sup>112</sup> Neste sentido, também entendeu a Organização das Nações Unidas ao destacar as brandas penas atribuídas ao crime “Salienta que o Projeto de Lei nº 6240/2013 ainda não foi aprovado e que, mesmo que preveja circunstâncias agravantes, as penas previstas para a infração de 6 a 10 anos são baixas, nomeadamente se forem aplicadas circunstâncias atenuantes”. Observações finais sobre o relatório apresentado pelo Brasil de acordo com os termos do artigo 29, parágrafo 1, da Convenção. Disponível

Além deste projeto de lei, tramitando perante o Congresso Nacional, está o anteprojeto de novo Código Penal (Projeto de Lei do Senado 236/2012)<sup>113</sup>. Neste novo Código Penal, o delito de desaparecimento forçado estaria tipificado no artigo 483, nos seguintes termos:

Apreender, deter ou de qualquer outro modo privar alguém de sua liberdade, ainda que legalmente, em nome do Estado ou de grupo armado ou paramilitar, ou com a autorização, apoio ou aquiescência destes, ocultando o fato ou negando informação sobre o paradeiro da pessoa privada de liberdade ou de seu cadáver, ou deixando a referida pessoa sem amparo legal:

Pena – prisão de quatro a oito anos, sem prejuízo das penas correspondentes aos outros crimes.

§ 1º Na mesma pena incorre quem ordena ou atua de qualquer forma para encobrir os atos definidos neste artigo ou mantém a pessoa desaparecida sob sua guarda, custódia ou vigilância<sup>114</sup>.

Todavia, a redação do novo tipo penal em potencial conta com uma série de problemas. Por exemplo, legislador deixa de mencionar uma das mais importantes características do desaparecimento forçado: a noção de que a prática se trata, necessariamente, de um crime de Estado<sup>115</sup>. É de suma importância a noção de desaparecimento forçado enquanto crime perpetrado pelo Estado, uma vez que esta caracterização explicita a gravidade da violência em comento.

A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas também entende o papel do Estado na configuração deste crime em seu artigo 2º: “praticada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas que atuem com autorização, apoio ou consentimento do Estado”<sup>116</sup>. Portanto,

---

em: [https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/09/pt\\_CED\\_C\\_BRA\\_CO\\_1\\_46841\\_E-2.pdf](https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/09/pt_CED_C_BRA_CO_1_46841_E-2.pdf). Acesso em 28/10/2021.

<sup>113</sup> Senado Federal. Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça. Projeto de Lei no 236 de 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

<sup>114</sup> *Idem*.

<sup>115</sup> “[I]sto é, realizado por agentes estatais ou com a anuência destes” Relatório NDH-PUC. Disponível em: [https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/08/Relatório-de-pesquisa-Observações-sobre-o-descumprimento-pelo-Estado-brasileiro-da-sentença-do-Caso-Gomes-Lund-e-outros-Guerrilha-do-Araguaia\\_-Vs.-Brasil.pdf](https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/08/Relatório-de-pesquisa-Observações-sobre-o-descumprimento-pelo-Estado-brasileiro-da-sentença-do-Caso-Gomes-Lund-e-outros-Guerrilha-do-Araguaia_-Vs.-Brasil.pdf). Acesso em 20/10/2021

<sup>116</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm). Acesso em: 20/10/2021.

exige-se, no mínimo, a convivência estatal para a ocorrência do que se entende por desaparecimento forçado.

Outra lacuna deixada pelo artigo é em relação à prescrição do crime, que não é tratado como imprescritível.

O caráter continuado do delito também não é abordado pelo legislador. De acordo com a jurisprudência da Corte<sup>117</sup>, assim como entende a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas<sup>118</sup>, o desaparecimento forçado deve ser entendido como um crime continuado pois este só cessa quando a vítima, ou seus restos mortais, é localizada.

Atualmente<sup>119</sup>, o projeto está desde 18 de fevereiro de 2021 aguardando designação do relator e conta também com uma pesquisa de opinião da população geral sobre a matéria. A maioria dos votos é contrário à elaboração de um novo Código Penal.

Além desses dois projetos, mais recentemente, em novembro de 2020, foi apresentado o PL 5.215<sup>120</sup>. Este projeto de lei é, na verdade, um conjunto de normas penais de natureza material e processual. De acordo com o projeto de lei, seu objetivo é dispor sobre “prevenção e repressão ao desaparecimento forçado de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas” propondo mudanças

---

<sup>117</sup> “Adicionalmente, no Direito Internacional, a jurisprudência deste Tribunal foi precursora da consolidação de uma perspectiva abrangente da gravidade e do caráter continuado ou permanente da figura do desaparecimento forçado de pessoas, na qual o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade.”. Caso Gomes Lund y otros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparación y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

<sup>118</sup> “Esse delito será considerado continuado ou permanente, enquanto não se estabelecer o destino ou paradeiro da vítima”. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm). Acesso em 20/10/2021.

<sup>119</sup> Até 18 de outubro de 2021.

<sup>120</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plenário. Projeto de Lei nº 5215 de 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1967850&filename=PL+5215/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1967850&filename=PL+5215/2020). Acesso em 21 de outubro de 2021.



ao Código Penal, Código de Processo Penal e Lei dos Crimes Hediondos vigentes.

Inicialmente são apresentadas uma série de diretrizes e princípios acerca do enfrentamento ao desaparecimento forçado. São eles:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- III - universalidade, indivisibilidade e interdependência;
- IV - atenção integral às vítimas e aos seus familiares;
- V - proteção integral da criança e do adolescente.

(...)

Art. 3º O enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas atenderá às seguintes diretrizes:

- I - fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação integrada das esferas de governo no âmbito das respectivas competências;
- II - articulação com organizações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais;
- III - incentivo à participação da sociedade civil em instâncias de controle social e das entidades de classe ou profissionais na discussão das políticas sobre o desaparecimento forçado de pessoas;
- IV - estruturação da rede de enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil;
- V - estímulo à cooperação internacional;
- VI - incentivo à realização de estudos e pesquisas e ao seu compartilhamento;
- VII - gestão integrada para coordenação da política e dos planos nacionais de enfrentamento ao desaparecimento forçado de pessoas.

Além disso, estabeleceram-se protocolos de prevenção e repressão aos desaparecimentos forçados. A prevenção contaria majoritariamente com campanhas de conscientização da população, enquanto a repressão atuaria por meio da cooperação entre órgãos dos sistemas de justiça e segurança nacionais e internacionais, além de garantir proteção e assistência aos parentes dos desaparecidos.

No que diz respeito às alterações propostas no Código de Processo Penal, propôs-se a criação de mais uma alínea ao artigo 13 do diploma legal:

Art. 13-C. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao desaparecimento forçado de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> *Idem.*

Já no âmbito do direito material, a proposta de tipificação do delito de desaparecimento forçado praticamente repetiu o texto do PL 6.240/13, alterando apenas o caput do artigo para o que se segue:

Constitui crime de desaparecimento forçado a prisão, a detenção, o sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade que seja perpetrada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, e a subseqüente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei.<sup>122</sup>

Assim como o Projeto de Lei 6.240, o PL 5.215 também propõe o acréscimo do desaparecimento forçado ao rol de crimes hediondos, positivados na lei 8.072/90. Por fim, são propostas campanhas relacionadas ao enfrentamento do desaparecimento forçado de pessoas, como a instituição do Dia Nacional do Enfrentamento ao Desaparecimento Forçado, a ser comemorado todo dia 30 de agosto.

Apesar deste projeto de lei ser o mais completo dentre os analisados, resta uma lacuna que não foi preenchida, ou sequer mencionada no texto proposto: a questão da jurisdição. A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, em seu artigo IX determina que:

Os suspeitos dos atos constitutivos do delito do desaparecimento forçado de pessoas só poderão ser julgados pelas jurisdições de direito comum competentes, em cada Estado, com exclusão de qualquer outra jurisdição especial, particularmente a militar.<sup>123</sup>

Portanto, ao não abordar a jurisdição adequada nas disposições processuais, o projeto de lei está em desacordo com os preceitos e recomendações internacionais sobre o tema.

---

<sup>122</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plenário. Projeto de Lei nº 5215 de 2020. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1967850&filename=PL+5215/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1967850&filename=PL+5215/2020). Acesso em 21 de outubro de 2021.

<sup>123</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. **Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas**, [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm). Acesso em: 20/10/2021.

Neste sentido, merece destaque a alteração feita ao artigo 9 do Código Penal Militar que modifica as definições de crimes militares, ampliando a competência da justiça militar no país. A nova redação é a seguinte:

§1o. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, são da competência do Tribunal do Júri.

§2o. Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto:

I – do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo ministro de Estado da Defesa;

II – de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou

III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais:

a) Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica;

b) Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999;

c) Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar;

d) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.<sup>124</sup>

Desta forma, a ausência de menção à jurisdição competente no PL 5.215 faz com que esta alteração legislativa (de 2017) se mantenha, indo de encontro com o que disciplina o sistema interamericano de direitos humanos.

Assim, fica claro que o Estado brasileiro ainda carece de uma legislação que aborde de maneira eficiente, e coerente com os preceitos internacionais, o desaparecimento forçado.

---

<sup>124</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, 21 de outubro de 1969. Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam: **Código Penal Militar**. Brasil, 21 out. 1969. Acesso em: 30/10/2021.

## Conclusão

Conforme visto, o cumprimento da decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund ainda possui uma série de lacunas. Um dos principais pontos que ainda carecem de medidas do Estado brasileiro é a tipificação do delito de desaparecimento forçado.

Apesar das atitudes tomadas pelo Brasil, apresentadas como argumentos de mérito do caso, e de inúmeros projetos de lei que buscam criminalizar a prática dos desaparecimentos forçados, ainda não é possível dizer que a sentença do caso foi cumprida integralmente. Não se pode perder de vista que a ausência de cumprimento integral das reparações e medidas estabelecidas pela Corte IDH geram efeitos palpáveis não apenas no âmbito político brasileiro, mas que também repercutem nas esferas individuais, perpassando a memória coletiva da população brasileira e impactando escolhas políticas.

Um dos motivos pelos quais esses impactos ainda são tão sensíveis em 2021 é o fato de que a prática de desaparecimentos forçados não está restrita ao passado ou a contextos de exceção. No Brasil os desaparecimentos forçados seguem sendo uma realidade em pleno século XXI<sup>125</sup>. Em 2013, por exemplo, Amarildo de Souza se tornou uma figura nacionalmente conhecida após a campanha “cadê o Amarildo?”.

Na presente monografia, buscou-se analisar a jurisprudência da Corte IDH nos casos de desaparecimento forçado, e, em seguida, entender o caso brasileiro, assim como suas repercussões jurídicas internas.

A ditadura civil-militar que assolou o Brasil durante os anos de 1964 a 1985, foi um momento histórico extremamente complexo, que contou com

---

<sup>125</sup> FIGUEIREDO, Ivanilda. *Relatório da Subcomissão da Verdade na Democracia – “Mães de Acari”*. Disponível em <https://viewer.joomag.com/relatorio-final-da-subcomissao-da-verdade-na-democracia-relatorio-final-desaparecimento-forcado-na-democ/0149844001544811133?short&>.

fatores internos e externos, que refletiam o contexto global polarizado da Guerra Fria. Sendo assim, não se pode ter a pretensão de analisar este fenômeno a partir de uma única esfera, pois foram inúmeras as perpassadas pela ditadura. O que se pretendeu foi observar a partir de um recorte específico, o dos desaparecimentos forçados e sua tipificação, os impactos desta época gerados até os dias atuais.

A ausência de um tipo penal, e a consequente falta de qualquer resposta jurídica que impeça a não repetição, faz não só com que as vítimas desses desaparecimentos se enquadrem em uma espécie de limbo jurídico, como também não garante o fim ou a mitigação desta questão. Assim sendo, mesmo passados mais de 10 anos da sentença proferida pela Corte IDH, ainda é de extrema relevância analisar suas determinações e seus impactos (ou ausência desses).

Portanto, a pesquisa permitiu concluir pela importância da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund, especialmente no que diz respeito à tipificação do delito de desaparecimento forçado, e que, enquanto a decisão não for cumprida de maneira integral, não será possível haver uma conciliação com o passado, ficando a população brasileira condenada a repeti-lo.

## Bibliografia

AMARAL, Maria Eduarda de Toledo Pennacchi Tibiriçá & AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Corte IDH: julgamentos e o controle de convencionalidade do Brasil. *Etic-Encontro De Iniciação Científica*, V. 13, Nº 13, 2017.

Arquivo CNV, 00092.001746/2014-62. Depoimento prestado à CNV em 14/8/2014.

Audiencia Pública Conjunta. Casos Gomes Lund y otros y Herzog y otros Vs. Brasil. Costa Rica. Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2021. 1 vídeo (1:35:23). Publicado pelo canal da Corte Interamericana de Derechos Humanos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3apPAZ2d3Xs&list=PLUhWZuDPzeZPRKGDaeuffov60n5m1UGKs&index=15>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, 21 de outubro de 1969. Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o art. 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do art. 2º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam: **Código Penal Militar**. Brasil, 21 out. 1969.

BUSCH TAVARES, Amarilis. O desaparecimento forçado como uma prática desenvolvida pelos governos ditatoriais na América Latina: Uma abordagem crítica sobre o papel do sistema interamericano de direitos humanos. *Revista anistia política e justiça de transição*. Nº 4, 2010, pp. 290-316. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30004.pdf>. Acesso em: 5 set. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Parecer aprovado com substitutivo do Projeto de Lei nº 6240/13. 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=relevancia&abaEspecific=true&filtros=%5B%7B%22ano%22%3A2013%7D%5D&q=6240&tipos=PL>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plenário. Projeto de Lei nº 5215 de 2020. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1967850&filename=PL+5215/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1967850&filename=PL+5215/2020).

Caso Chitay Nech y otros Vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 25 de mayo de 2010

Caso Radilla Pacheco Vs. México. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de noviembre de 2009.

Caso Tiu Tojín Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 26 de noviembre de 2008.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. O julgamento do caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e os seus principais legados legislativos para o Estado brasileiro. **DE DIREITOS HUMANOS NA AMÉRICA DO SUL**

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Anzualdo Castro Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2009.

\_\_\_\_\_. Caso Blake Vs. Guatemala. Fondo. Sentencia de 24 de enero de 1998.

\_\_\_\_\_. Caso Castillo Páez Vs. Perú. Fondo. Sentencia de 3 de noviembre de 1997.

\_\_\_\_\_. Caso Comunidad Campesina de Santa Bárbara Vs. Perú. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de septiembre de 2015.

\_\_\_\_\_. Caso de las Hermanas Serrano Cruz Vs. El Salvador. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de marzo de 2005.

\_\_\_\_\_. Caso de los 19 Comerciantes Vs. Colombia. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de julio de 2004.

\_\_\_\_\_. Caso Goiburú y otros Vs. Paraguay. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006.

\_\_\_\_\_. Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010.

\_\_\_\_\_. Caso Gómez Palomino Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de noviembre de 2005.

\_\_\_\_\_. Caso Gudiel Álvarez y otros ("Diario Militar") Vs. Guatemala. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 20 de noviembre de 2012.

\_\_\_\_\_. Caso La Cantuta Vs. Perú. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 29 de noviembre de 2006.

\_\_\_\_\_. Caso Miembros de la Aldea Chichupac y comunidades vecinas del Municipio de Rabinal Vs. Guatemala. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 30 de noviembre de 2016.

\_\_\_\_\_. Caso Munárriz Escobar y otros Vs. Perú. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 20 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. Caso Rochac Hernández y otros Vs. El Salvador. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 14 de octubre de 2014.

\_\_\_\_\_. Caso Velásquez Rodríguez Vs. Honduras. Fondo. Sentencia de 29 de julio de 1988.

DULITZKY, Ariel E. Dulitzky; ORIZAGA, Isabel Anayanssi & ARENAS, Verónica Hinestroza (ed.). *¿Dónde Están? Estándares internacionales para la búsqueda de personas desaparecidas forzadamente*, Austin: International Bar Association's Human Rights Institute, 2019. Disponível em: <https://law.utexas.edu/faculty/publications/2019-dnde-estn-estndares-internacionales-para-la-bsqueda-de-personas-desaparecidas-forzadamente>

FIGUEIREDO, Ivanilda. *Relatório da Subcomissão da Verdade na Democracia – “Mães de Acari”*. Disponível em <https://viewer.joomag.com/relatorio-final-da-subcomissao-da-verdade-na-democracia-relatorio-final-desaparecimento-forcado-na-democ/0149844001544811133?short&>.

LARANJEIRA, Jane Maria Gonçalves (ed.). Ataque químico: uma ameaça silenciosa - Parte II: Tipologia e classificação das armas químicas e a ciência toxicológica. **Jornal da química inorgânica**, Caruaru, ano v, n. 2, 31 ago. 2018. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/39102/1899826/Edição+2\\_ano+V\\_+JQI\\_Armas+Quimicas.pdf/8c45b9c1-a26a-4903-bb0f-abf4714efd4e](https://www.ufpe.br/documents/39102/1899826/Edição+2_ano+V_+JQI_Armas+Quimicas.pdf/8c45b9c1-a26a-4903-bb0f-abf4714efd4e).

MORAES, Ana Luisa Zago de. O "Caso Araguaia" na Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Revista Liberdades*. IBCCRIM, Nº 08, setembro-dezembro, 2011, pp. 88-110, 2011. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/publicacoes/visualizar-pdf/448/1>.

Observações finais sobre o relatório apresentado pelo Brasil de acordo com os termos do artigo 29, parágrafo 1, da Convenção. Disponível em: [https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/09/pt\\_CED\\_C\\_BRA\\_CO\\_1\\_46841\\_E-2.pdf](https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/09/pt_CED_C_BRA_CO_1_46841_E-2.pdf).

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Decreto nº 8766, de 10 de junho de 1994. Promulga a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento



Forçado de Pessoas, firmada pela República Federativa do Brasil, em Belém, em 10 de junho de 1994. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8766.htm).

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Relatório Anual, 2018. Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/sitios/informes/docs/POR/por\\_2017.pdf](https://www.corteidh.or.cr/sitios/informes/docs/POR/por_2017.pdf).

Relatório NDH-PUC. Disponível em: <https://www.jur.puc-rio.br/wp-content/uploads/2021/08/Relatório-de-pesquisa-Observações-sobre-o-descumprimento-pelo-Estado-brasileiro-da-sentença-do-Caso-Gomes-LundGomes-Lund-e-outros-Guerrilha-do-Araguaia-vs.Vs.-Brasil.pdf>.

SENADO FEDERAL. Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça. Projeto de Lei no 236 de 2012. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei no 6240. 30 de agosto de 2013. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=no de015t996p5ldmq8mpokbhdo7atd4328808.node0?codteor=1123680&filename=PL+6240/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=no de015t996p5ldmq8mpokbhdo7atd4328808.node0?codteor=1123680&filename=PL+6240/2013).

STF. ADPF 153. Rel. Min. Eros Grau. Tribunal Pleno. Julgado em 29/04/2010. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>

SILVA, Douglas Tarcísio Reis da. *Desaparecimento forçado de pessoas e a jurisprudência da Corte Interamericana De Direitos Humanos*. Belém. 2015. (Dissertação Mestrado), Universidade Federal do Pará. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7548/1/Dissertacao\\_DesaparecimentoForcadoPessoas.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7548/1/Dissertacao_DesaparecimentoForcadoPessoas.pdf).

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. Decreto nº 4388, de 17 de julho de 1998. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4388.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm).

A autora deste trabalho declara para todos os fins de Direito ser este um trabalho inédito e autoriza o Departamento de Direito da PUC-Rio a divulgá-lo, no todo ou em parte, resguardados os direitos autorais conforme legislação vigente.